

CEDI - P. I. B.
DATA 31/12/86
COD. 313000104



IGREJA
e OFENSIVA AMAZÔNICA

Amazônia 1973. Planos faraônicos são anunciados para a região das grandes florestas. A farta publicidade fala de "integração e desenvolvimento". Nós, Igreja, pensamos sobre a ofensiva amazônica e fazemos isto em forma de celebração. Estas páginas -- são uma espécie de liturgia. E toda liturgia começa com uma confissão de culpa. Penitenciemo-nos com o pastor luterano alemão Dietrich Bonhoeffer que, pregando a tempo e a contratempo, anunciou até a morte, a Palavra da Libertação.

"A Igreja confessa ter assistido ao emprego arbitrário da força bruta, ao sofrimento corporal e psíquico de inumeráveis inocentes, a opressão, ao ódio e ao assassinato, sem levantar sua voz em favor dos que sofrem, sem ter encontrado caminhos para acudir em sua ajuda. Fez-se culpável pelo prejuízo causado à vida dos irmãos mais débeis e indefesos de Jesus Cristo. A Igreja confessa ter contemplado, muda, a privação e a exploração infligida aos pobres, e o enriquecimento e corrupção dos poderosos. A Igreja confessa ser culpável ante os inumeráveis seres cuja vida foi aniquilada devido à calúnia, aos delatores, à infâmia. Não declarou o caluniador culpado e, deste modo, abandonou o caluniado ao seu destino.

bonhoeffer, Dietrich
Eu Amei Este Povo . Editorial
La Aurora . Buenos Aires. 1969.

I N T R O D U Ç Ã O
= = = = =

Estas páginas querem visualizar algumas considerações sobre os problemas que envolvem hoje o homem amazônico.

O porque das carências crônicas deste homem que permanece e se agravam, embora se fale de "desenvolvimento".

Para isto foi necessário levantar apenas alguns problemas e apresentar algumas questões:

- a preponderância de simples atividades comerciais incapaz de contribuir para melhorar a situação da região;

- atividades que visam exclusivamente não o mercado interno mas a exportação;

- saúde, educação, e ainda algumas relações expropriativas -- sob todas formas de trabalho que são um quadro que fala por si só.

É uma realidade que dia a dia se agrava, embora o assim -- chamado surto "desenvolvimentista" tenha "hipnotizado" tantos "boas" consciências que admiradas pela fascinação foram atingidas através da propaganda.

A Amazonia legal deveria desde 1965, segundo os projetos governamentais ter partido para uma industrialização que permitisse a criação de um mercado interno e portanto, posteriormente, a população teria encontrado novas condições de vida verdadeiramente humanas. Mas o que se viu é que a partir de 1972 tudo mudou, mercado interno virou mercado externo, desenvolvimento da região deixou de falar de industrialização para enaltecer a agropecuária e a extração espoliativa.

É com esta política desenvolvimentista em ato, nunca se resolverão os problemas básicos desta comunidade humana da Amazonia. Deste modo é contra esta situação que a Igreja deve lutar denunciando-a. É pelos oprimidos desta região que ela deve clamar solidarizando-se com o homem amazônico que quer sair deste estado intolerável imposto pela ganância de uma minoria que quer sempre mais imolar o homem amazônico no altar de Mamom.

Deste primeiro fato não podemos omitir-nos, dizendo que não nos toca, porque como diz a Constituição Pastoral "Gaudium et Spes", precisamos interessarmos pelo homem todo, pelos aspectos de sua vida, os problemas que o rodeiam e que são mais urgentes, sobretudo para ajudá-lo a libertar-se do pecado e da morte. Como Igreja do Senhor, ela deve estar ligada a todas as libertações humanas. E como nos relembra o Episcopado deste Continente em Medellín "Ela precisa, de verdade, compartilhar a história de nosso povo"... "consciente de que, para conhecer a Deus, é necessário conhecer o homem" - Introdução Medellín - , os seus problemas, o seu definhamento, suas angústias, porque vemos que "conjugam-se a fome e a miséria, as enfermidades generalizadas e a mortalidade infantil, o analfabetismo e a marginalidade, profunda desigualdade das rendas e tensões" - Mensagem aos Povos da América Latina.

Não podemos omitir-nos, portanto, dizendo que o campo que nos conferiu o Divino Mestre é outro, deixando de lado o campo do mundo, "como Tu me enviastes ao mundo, Eu também os enviei. Não oro para que os retires do mundo..." para que as potências do

mal possam continuar, sem serem perturbadas, a aumentar o ganancia, a exploração e a morte.

Precisamos lutar de verdade contra as potesdades e domi=nações da demonologia social que desencadeiam o virus do alcoolis=mo, da prostituição, do abandono, da violência, desmascarando-as concretamente, lá onde de fato atuam através de condições bem con=cretas, que este tipo de sociedade produz e que só este tipo de re=alidade pode produzir pelos tipos de relações que costroem, alimen=tam e realizam.

Se vamos fazer "piedosas" considerações sobre a situação deste homem e não queremos ver as causas globais que o envolvem, - deixaremos imperturbado o campo que produz "este tipo de politica" em ato, assim seremos partícipes, queiramos ou não, do aprofunda=mento desta carência crônica, que envolve o homem amazonico e a sua comunidade, marginalizando-o pelo tipo de relações expoliati=vas existentes; e que sempre mais o escraviza pelos mecanismos es=truturais impostos de cima por "um sistema anônimo e silencioso" - que visa só obter margem sempre mais vantogiosas de lucros, deixan=do de lado toda e qualquer aspiração que visa a edificar de fato o convívio fraterno de uma comunidade humana verdadeiramente integra=da.

Neste sistema, o homem vem sendo usado como uma mera pe=ça acidental, que se pode a qualquer momento substituir.

É um fato insofismavel que não se pode afastar ou acabar só com boas intenções, porque este sistema tem as suas leis de cer=to, não porque Deus quis, leis objetivas, autonomas, desumanas, que tocam em profundidade a vida dos homens e das comunidades.

Para este sistema: "O sabado não foi feito para o homem" como também as leis que o substentam.

Assim a Igreja não pode ser conivente com este tipo de --planejamento, de desenvolvimento, de leis, de sistema, não pode, nem sequer, ingenuamente compartilhar ficando celada porque não tem "competencia", mas precisa tomar consciencia dos porques dos problemas que assolam o homem amazonico; o porque deste tipo de politica de ganancia institucionalizada; para por em questao as falsas ordens estabelecidas.

Como Igreja somos chamados a participar de fato à Histo=ria da Salvação que abrange o homem todo e todos os homens, somos chamados a lutar, denunciando todas as formas de exploração do homem pelo homem e sobretudo dos sistemas que pairam no além me=tafisico da ideologia intocavel que a exploração capitulista criou para continuar imperturbada a sua marcha.

"Não temos o direito de sonhar agora com um mundo onde faríamos 'nossa literatura' na plena tranqüilidade contemplativa. Seria odioso", dizia Emmanuel Mounier à sua geração em 1941 e o mesmo pode valer para nos hoje em relação a situação da Amazônia.

X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

V I S Ã O G L O B A L

1.1 - Algumas notas sobre a política sócio-econômica aplicada à Amazônia Legal.

1.1.1 - SITUAÇÃO ECONOMICO-SOCIAL:

A fragilidade da economia regional pode ser constatada em primeiro plano pela participação dos diversos setores na formação da renda regional (1).

A agricultura representa 21% na formação da renda, enquanto que a indústria e os serviços significam 18% e 61% respectivamente. Além da reduzida participação da indústria, fato típico de economias atrasadas e subdesenvolvidas, deve-se destacar que o setor de serviços era majoritário, tendo em vista a preponderância de simples atividade comercial dos produtos extrativos, atividade esta decorrente da comercialização. A simples coleta de riquezas naturais, principal atividade de economia regional, constitui uma atividade tipicamente mercantil incapaz de contribuir para melhoria da estrutura econômica.

Deve-se acrescentar ainda mais que esta exploração de recursos naturais é efetuada com os instrumentos mais rudimentares, acarretando reduzida produtividade do fator trabalho. Além do problema de baixa produtividade que prevalece tanto nas atividades extrativas como nas agrícolas, as relações de produção são acentuadamente espoliativas.

Nas relações de trabalho prevalece o chamado "sistema de avilamento" pelo qual o trabalhador recebe do patrão (geralmente o dono da terra) um "adiantamento" em alimentos e alguns instrumentos de trabalho.

Ao final da coleta (quando o sistema é extrativista) ou da produção (quando se trata de atividade agrícola) o "patrão aviador" adquire os produtos descontando o débito pelos bens adiantados. Na maioria das vezes as relações de preços são tão desfavoráveis aos produtores, que os mesmos permanecem em "dívida", comprometendo-se portanto a continuar vinculado ao mesmo patrão na safra seguinte.

A liberdade do patrão do ponto de vista econômico para explorar o trabalhador é praticamente absoluta, devido à sua possibilidade de ditar os preços. Obviamente, a mercadoria recebida pelo patrão é cotada num preço (por ele determinado) extremamente baixo, ao passo que os produtos adiantados são majorados de maneira absurda.

2

Estima-se que os alimentos vendidos aos trabalhadores sejam duas ou trez vezes mais caros que os preços vingentes nas capitais e estados da região. (2)

Nas áreas de extravismo, como o da borracha e o da castanha, predominam os grandes latifúndios, ficando os trabalhadores na integral dependência dos latifundiários aviadores.

Nas áreas de atividades agrícolas, como a da juta e do arroz, predominam os minifúndios, estando os trabalhadores na dependência/dos comerciantes aviadores.

Trata-se, portanto, de uma região onde o complexo latifúndio-minifúndio serve de instrumento para a exploração dos trabalhadores.

O problema autêntico da Amazônia é, portanto, a MISÉRIA DE SEUS TRABALHADORES, que dependem de uma estrutura econômica primitiva onde trabalham nas técnicas de produção mais rudimentares e são submetidos a relações de produção absolutamente expliativas.

I.1.2. SIGNIFICADO ECONÔMICO:

Encontra-se na Amazônia grandes extensões de terras devolutas. Entretanto, sua incorporação econômica depende de obras de infraestrutura (estradas, energia elétrica, etc) que abram perspectivas lucrativas para o setor privado.

Dessa forma o governo aplica grandes volumes de investimentos utilizando equipamentos de grande porte, adquiridos no exterior / ou nas indústrias estrangeiras, para ampliar a infra-estrutura / regional.

Por outro lado, o governo transfere aos grandes grupos econômicos, os fundos dos incentivos fiscais para aplicação nos empreendimentos.

No caso da pecuária, principal absorvedora de recursos, o governo transfere as terras públicas (devolutas) e os recursos financeiros necessários através dos incentivos para os grandes grupos privados, sem alterar a situação miserável da grande maioria da população regional. (Os novos investimentos utilizam a poupança/gerada pelo sistema econômico para facilitar a implantação de grandes empreendimentos, apoiado em técnicas que utilizam predominantemente o fator capital) (3).

Por outro lado, as jazidas de minérios, descobertas recentemente são entregues aos grandes trustes internacionais (4).

A exploração e exportação de minérios é tida como fundamental para a política econômica, pois servirá para incrementar as receitas em dólares, indispensável ao pagamento das dívidas exteriores do Brasil, decorrentes das importações e das remessas de lucros.

I.1.3. SIGNIFICADO POLÍTICO:

Em 1º lugar, ao enfatizar a existência de uma área sub-explorada e sub-povoada, o governo tenta encobrir o grave problema do desemprego e do sub-emprêgo generalizado em todo o país, decorrentes da evolução do capitalismo. Sugerindo, ao mesmo tempo, que uma significativa parcela de mão de obra poderá ter oportunidades nessas áreas.

Em 2º lugar, procura reduzir a importância e o significado da reforma agrária, pelo fato de existirem terras ainda por serem incorporadas à economia.

Em 3º lugar, tenta criar uma imagem nacionalista pelo esforço de incorporação de uma parcela do território nacional, cobijada por grupos e interesses internacionais.

4

I.2. Algumas considerações sobre a Política Econômica-Social aplicada à Amazônia Legal.

I.2.I- INTRODUÇÃO:

Um desenvolvimento - como o brasileiro - voltado essencialmente para a exploração do poder aquisitivo de camadas de médias/ e altas rendas exige um elenco de medidas compatíveis com este padrão.

Um crescimento de ordem de 8 a 9 % exige a importação de quantidades crescentes de matérias primas, máquinas e equipamentos pois com a produção interna de toda uma larga linha de bens anteriormente importados, as importações atuais são aquelas absolutamente indispensáveis à continuidade do processo de produção interno adotado (é o que se chama tornar as importações mais / rígidas, ou seja mantida a política global de "desenvolvimento" adotada, não resta outra alternativa a não ser aumentar / as importações de bens essenciais que não são aqui produzidos, pois, o processo de substituição de importações não significou a autonomia do país face ao comércio exterior).

O esforço incomum do governo para incentivar as exportações deve ser visto sob este prisma ou seja, refere-se à necessidade que tem o país de exportar, e cada vez mais exportar, para conseguir o montante de divisas necessário para o pagamento não só das importações que o processo de produção interno adotado necessita para continuar seu desenvolvimento, mas também para pagar os altos juros das dívidas que o país contrai com o exterior (5).

É claro por um lado que o esforço maior do governo se dirige/ para as exportações de manufaturados a fim de evitar as tradicionais dificuldades que enfrenta a exportação de produtos / primários (deterioração dos preços, etc.).

Apesar de tudo isso, no Brasil em 1977, os manufaturados representaram apenas 17% do total das exportações.

Por outro lado, é claro que a exportação de manufaturados exige a modernização da indústria aqui instalada, originando as necessidades de importações de equipamentos. Além disso, devido à posição de concorrentes estrangeiros melhor situados (o capitalismo brasileiro é obrigado a enfrentar no comércio internacional concorrentes melhores preparados), o governo brasileiro se vê obrigado a conceder facilidades aos exportadores/ através de financiamentos e isenções de impostos etc (6).

É claro que isto representa um pesado custo para o restante / da sociedade, pois o governo abdica de parte de sua renda (imposto de renda, IPI, imposto único, sobre lubrificantes e comércio etc.) para incentivar as exportações que só podem se realizar na medida em que o parque industrial se moderniza.

É preciso frisar aqui outro fato importante, ou seja, as indústrias que utilizam um volume maior de mão de obra se marinalizam dentro do processo de expansão das exportações, são as mais atrasadas e incapazes de vender a custos competitivos. Teoricamente deveriam beneficiar-se dessa expansão, mas hoje no Brasil utilizar técnicas intensivas de mão de obra significa estar na rabeira da concorrência, pois os moldes em que se expandiu e tem-se expandido a indústria brasileira não permitiram e não permitem o desenvolvimento tecnológico capaz de aproveitar/lucrativamente a constelação de recursos produtivos existentes. (7).

O mesmo padrão de crescimento apresenta o setor agrícola forçado pelo próprio padrão de crescimento do setor industrial e do conjunto da economia. As medidas adotadas pelo governo procuram assegurar à produção agrícola a estabilidade necessária ao crescimento do produto e a contenção do custo de vida, bem como aumentar a eficiência tecnológica da produção baseada nas propriedades médias e grandes. A pequena propriedade, bem como a situação social da grande parte da população brasileira localizada no setor da agricultura, extrativismo, pecuária etc., não merece maior atenção por parte do governo a não ser intervenções limitadas em algumas áreas de grande tensão social (Ver Santa Terzinha, S. Félix, p.e.), não com o objetivo de solucionar o problema, mas simplesmente objetivando a manutenção de um equilíbrio continuamente ameaçado.

I.2.2 - O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL:

É claro que para se ter uma idéia da política de desenvolvimento aplicada para a Amazônia, é necessário referir-se à política global da nação, afim de sentir-se de que maneira a política atual para a Amazônia insere-se na política global adotada para o desenvolvimento do país.

Ver-se-à pois, que a política atual não procura na realidade resolver o problema fundamental da região, ou seja a situação sócio-econômica precaríssima da população ali residente. Tal e qual na região centro-sul do país, os efeitos dessa política beneficiarão uma parcela muito pequena da população.

A velha questão sobre se é a política econômica que está a serviço do homem ou é este que é um mero instrumento desprezado ou marginalizado da mesma, volta a debate.

Resumindo mais uma vez, a política global do governo é a seguinte no momento:

O caminho central escolhido pelo regime atual para encontrar a curto prazo e em magnitude suficiente, novos impulsos que envolvam ou significassem a criação de atividades com uma renovada potencialidade dinâmica (para manter-se o ritmo de crescimento atual - não confundir com desenvolvimento econômico), foi o de abertura de frentes de exportação mediante fortes incentivos.

Basicamente essas frentes podem ser resumidas em tres grupos:

- 1) de um lado produtos primários ou situados na chamada "fronteira econômica" tais como carnes, madeiras, minério, etc. Para a exportação desses produtos é indispensável uma infraestrutura que possibilite a produção e o escoamento desses / produtos para o exterior (meios de transporte, energia elétrica, etc.).
- 2) de outro lado, dentro do proprio setor industrial existente / no país, tratou-se de conseguir a elevação da capacidade de competição (redução de custos, aumento de eficiência, modificação de processos, etc. através de uma renovação tecnológica acelerada, a fim de criar-se condições de competição no mercado internacional.
- 3) recentemente, as medidas visando a exportação foram ampliadas com o decreto lei 1236 (BEFIEEX), que permite a importação e o funcionamento no País, de conjuntos industriais completos, desde que os mesmos estejam voltados para o mercado internacional (8).

Vejamos agora a política de desenvolvimento atual aplicada para a Amazônia, deixando de fazer uma análise sobre o malogro da política anterior, pois tal diagnóstico será feito mais adiante(9).

A política atual de desenvolvimento econômico e integração da região amazônica está baseada nos seguintes itens:

- extração de minérios visando a exportação
- pecuária visando a exportação
- atividades industriais ligadas ao setor extrativista regional/ (principalmente madeira) visando a exportação
- alguns setores da agricultura, estabelecidos ao longo das novas estradas.

Eis algumas considerações dos itens acima:

a - Extração de minérios:

O setor de extração de minérios representa um dos principais itens na política governamental para a Amazônia. Atualmente o produto mineral da Amazônia Legal pode ser avaliado em cerca de 55 milhões de dólares (valor de produção) por anos, incluindo-se nesta cifra os produtos de garimpagem. As estimativas do valor de produção mineral para 1980, levando-se em consideração o número de projetos já apresentados, o seu grau de evolução e a análise dos respectivos mercados/ deverá estar entre 230 milhões de dólares e 390 milhões de dólares, não estando incluídos nesta cifra os produtos semiprocessados, oriundos de minério (é o caso de produtos siderúrgicos, etc) nem o projeto Mineração Rio-Norte canadense / (ALCAN) para extração de bauxita (o valor da produção deste projeto deverá oscilar entre 20 milhões de dólares a 40 milhões de dólares por ano (10) Não foi levado em consideração o projeto (ALCAN) de extração de bauxita no Rio Trombetas, pois o mesmo foi suspenso em junho de 1972 por tempo ainda / indeterminado segundo os interesses da ALCAN, que detém o controle absoluto da empresa Mineração Rio-Norte fundada para a exploração daquelas jazidas (II).

Aliás, esse fato merece mais alguns comentários, pois fica demonstrado que o controle total ou parcial por trustes internacionais das empresas encarregadas da exploração das riquezas da Amazônia, constitui um sério empecilho para o sucesso desta política aplicada na região.

Assim é que se repete um fato já conhecido ou seja, o que é bom para uma companhia multinacional (trustes) nem sempre é bom para o Brasil.

Segundo as expectativas do governo, a Mineração Rio-Norte (ALCAN) deveria entrar em funcionamento dentro de 2 ou 3 anos, proporcionando uma importante fonte de divisas para o Brasil com a exportação de bauxita. Porém, como já foi dito, estas expectativas ficaram frustradas com a decisão da ALCAN.

Os dados aproximados deste projeto são:

Investimento Global	US \$ 80.000.000 dólares
Produção Anual	de 3.000.000 a 6.000.000 toneladas de bauxita
Valor de Produção	de US \$ 20.000.000 a... US \$ 40.000.000 dólares

(I2)

O quadro I abaixo exemplifica as estimativas de produção e os investimentos necessários. É claro que estas cifras não são exatas, mas refletem a ordem de grandeza e constituem as últimas e mais recentes informações sobre o assunto.

Segundo outras informações, treze projetos de mineração - já foram aprovados pela SUDAM para efeito de concessão de incentivos fiscais (I3). No entanto, é preciso frisar que da estimativa citada do valor de produção mineral para 1980 (US \$ 230.000.000 e US \$ /90.000.000), a empresa Amazônia Mineração S/A que explorará o ferro da serra dos Carajás representará cerca de 70%.

Do ponto de vista dos investimentos globais programados para a mineração na região, a mesma companhia participará com mais de 80% (Estimativa dos investimentos globais US \$ 750.000.000). Só tomando em consideração este projeto que englobará um total de 80% sendo que os restantes / 20% serão englobados em I2 projetos do Ferro na Serra dos Carajás, pode-se proceder a uma análise política.

Q U A D R O I

<u>Projeto</u>	<u>INVESTIMENTO GLOBAL (US \$ dólares)</u>	<u>VALOR DA PRODUÇÃO ANUAL</u>
<u>I. Ferro:</u> Serra dos Carajás Empresa Amazônia, ver Mineração (Cia Vale/ do Rio Doce e United/ Steel)	US \$600.000.000	US\$ 150.000.000 a 270.000.000 20 a 30.000.000t
<u>2. Bauxita:</u> Rio Trombetas Empresa Mineração Rio Norte (ALCAN)	US \$ 80.000.000	(3 a 6.000.000t)
<u>3. Manganês:</u> Buritirama - médio / Tocantins	US \$ 20.000.000	cerca de US\$ 35.000.000 (mais ou menos 7.000.000 t)

Os dados analisados destes projetos, representam cerca de 85 a 90% da atividade do setor (excluindo-se a ICOMI - Amapá que já explora o manganês a mais de 10 anos).

Vejamos agora o que representam esses investimentos no tocante à geração de empregos para a população da região.

A grande maioria dos empreendimentos previstos destinam-se à produção de granéis (material bruto), que serão vendidos a preços baixos em mercados internacionais altamente competitivos. É inevitável, pois, que essas empresas utilizem projetos modernos e altamente mecanizados, a fim de reduzirem ao mínimo seus custos/ de produção.

A consequência é que essas empresas absorverão uma mão de obra / muito pequena e com uma porcentagem muito alta de qualificação. Baseando-se nos dados dos projetos existentes, pode-se estimar que essas empresas gerarão no máximo de 10 a 12.000 empregos diretos, sendo que a mão de obra não qualificada e semi-qualificada, representará cerca de 25% desse total, o restante será representado por mão de obra especializada, de nível superior, grau médio, que logicamente não procederá da região.

Assim, pode-se dizer que todos esses investimentos proporcionarão no máximo 4.000 empregos diretos para a população da região/ amazônica, não trazendo pois praticamente, nenhum benefício para a mesma (a população da Amazônia Legal é cerca de 7,000.000 habitantes em 1972). (14).

b - Pecuária:

A necessidade de carne para uma parcela da população, as facilidades fiscais e o mercado externo tem-se conjugado/ para levar às áreas até então inexploradas do centro-oeste e parte do norte, o papel de grande fornecedor de gado.

O empobrecimento do solo e o encarecimento do preço da terra tem tornado demasiado onerosa a expansão das atividades pecuárias em áreas mais próximas dos centros mais desenvolvidos, em especial frente aos incentivos de ordem fiscal que permitem a dedução de parcelas do imposto de renda para investimentos nas regiões mais distantes.

A pecuária ao lado de extração mineral deverá consistir / nas atividades básicas da região. Pelo montante das liberações efetuadas pela SUDAM até 31/12/1971 percebe-se tal fato.

<u>Setor Agro-Pecuário</u> (Prati/pecuário)	<u>Setor Industrial</u>	<u>Setor de Serviços básicos</u>
CR\$ 405.524.342,50	CR\$ 352.737,12),51	CR\$.....
mais ou menos	mais ou menos	79.007.153,70
48,5% do total	42,1%	mais ou menos 9,4%

(Fonte: Guia de Incentivos Fiscais - Rev. Veja 3/1972)

É importante frisar que a pecuária é uma atividade que absorve um reduzido contingente de mão de obra.

c - Infra-Estrutura:

Quando ao setor de infra-estrutura é desnecessário frisar a sua importância para a política de exportação (gado, minérios madeira, etc) que a Amazônia Legal deverá efetuar.

As notícias por ocasião da construção da Perimetral Norte / ilustram o problema.

"O sentido básico da Perimetral Norte será consolidar nossas fronteiras ... isso tem dois objetivos - um econômico "pois trará, como consequência, a extensão da fronteira econômica e a ampliação do mercado" e outro de segurança "pois a integração da Amazônia... é um permante imperativo político..."
Jornal Estado de São Paulo I/II/72 (15).

d - Agricultura:

A produção agrícola que teoricamente poderia ser estimulada/nas faixas de 100 Km de cada lado das estradas principais, declaradas como prioritárias para a "colonização" e "reforma agrária", não poderá superar o grande obstáculo que é a sua/inserção numa economia de mercado.

Produzir para quem será a indagação que se colocará aos beneficiários da "colonização" e "reforma agrária", pois os mercados representados pelos núcleos urbanos mais próximos do litoral já tem os seus abastecedores localizados a distância menores.

A abertura teórica que significa o decreto da faixa dos 100 Km não poderá romper o funcionamento da economia de mercado/ e não poderá conduzir o desenvolvimento da região em moldes/ igualitários, pois ele já começa a se transformar e nos moldes do padrão de crescimento capitalista do país (ou seja, / com desníveis acentuados).

Nem mesmo a pressão de alguns setores da máquina do Estado, forçando experiências de reforma agrária poderiam melhorar / os resultados de experiências na área, pois a própria estrutura da sociedade impede que "reformas agrárias" evoluam de forma economicamente aceitável.

Cercados pela ação de empresários mais adiantados do Centro-sul, apoiados apenas por facções da máquina do Estado, inseridos numa economia de mercado, os produtores agrícolas da / região Amazônica (especialmente da Transamazônica) não deverão apresentar no conjunto da economia regional e nacional / um fator de maior importância. (16).

Conclusão:

Economicamente é sabido que o padrão de desenvolvimento capitalista se exprime sob a forma de disparidades regionais, pois a concentração industrial e de renda tem como contrapartida a existência de vastas regiões de baixa renda. A lógica do modelo capitalista adotado para o Brasil deverá forçar a integração da Amazônia aos modelos capitalistas já conhecidos.

"No nosso desenvolvimento registra-se contradição cada vez maior/ entre quem financia o processo e quem usufrui de seus benefícios. A contradição colonial não se extingue, tão só, se transfere sutilmente em novas manifestações de dependência, com o crescimento industrial do país. A oposição entre as nações subdesenvolvidas e as industrializadas podem aparecer no seio de países continentais como o Brasil, através da cristalização dos desequilíbrios interregionais. Isto é, a prazo médio uma oposição entre / São Paulo e o resto do país" a ser resolvida "com a ampliação a todo o Brasil do neo-capitalismo paulista".

. : . : . : . : .

1.2.4. Condições de Saúde na Amazonia Legal

a) Das informações sobre as causas de mortalidade obtidas para 4 capitais na Amazonia Legal em 1969, as principais causas de obito são:

- doenças infecciosas e parasitárias	24,0 %	dos obitos
- " " de aparelho circulatório	17,5 %	" "
- " " do aparelho respiratório	7,5 %	" "
- mortalidade de prenatal	8,9 %	" "

- As mortes originadas por doenças infecciosas e parasitárias indicam precárias condições de cuidados médico-sanitários e deficiências profundas quanto ao atendimento materno-infantil.

A alta incidência de mortes por causas mal definidas (cerca de 42% dos obitos), exprimem claramente a insuficiência da rede de serviços médicos existentes nas capitais, estimando-se ser maior ainda no interior.

b) Os coeficientes de mortalidade infantil por 1.000 nascimentos foram em 1969 segundo o IBGE os seguintes:

- Belem	107,3
- Manaus	60,7
- São Luis	182,9
- Goiania	123,1
- São Paulo	83,8
- Porto Alegre	39,1

Supoem-se que para o interior da Amazonia Legal os coeficientes sejam ainda mais elevados, o que vem a confirmar as precárias condições sociais e econômicas da população regional. É preciso dizer que a mortalidade infantil deveria ocorrer apenas para os nascimentos com má-formação congênita. Na Suécia por exemplo o coeficiente médio é de 14 obitos por 1.000 nascimentos.

c) Os coeficientes de mortalidade Geral por 1.000 hab. seriam para algumas capitais da região os seguintes:

1969

- Manaus	10,5
- Goiania	10,9
- São Luis	12,0
- Belem	7,8
- São Paulo	9,3
- Porto Alegre	8,0

Vê-se que os coeficientes observados mostram-se altos quando comparados aos de São Paulo e de Porto Alegre.

Note-se que o coeficiente de mortalidade geral é influenciado pela estrutura de idades da população e pode ser portanto pouco expressivo.

d) As doenças infecciosas e parasitárias são as principais responsáveis pelas causas de mortalidade da região.

Em 1968 segundo o IBGE as principais doenças transmissíveis foram:

- Ancilostomíase	199.494	casos confirmados
- Necotomíase	60.502	" " "
- Traçoma	38.461	" " "
- Malária	43.414	" " "
- Tuberculose	4.167	" " "
- Lepra	27.587	" " em registro ativo

Tais cifras são uma subestimação, pois referem-se apenas aos casos que chegaram ao conhecimento dos serviços médicos localizados nas principais cidades.

O quadro geral revela portanto a elevada participação das doenças transmissíveis na população regional vindo a enfatizar as precárias condições de saúde do meio ambiente e dos serviços médicos existentes, já que estas enfermidades são quase que totalmente evitáveis.

1.2.4. E D U C A Ç Ã O

1. ENSINO PRIMÁRIO

Quadro 1 :

Estados e Territórios	Taxa de escolarização	Taxa de Evasão anual	Taxa de aprovação
	%	%	%
Amazonas	51,4	22,6	83,9
Pará	68,1	29,8	62,9
Mato Grosso (1)	62,6	12,3	78,5
Goiás (1)	50,1	9,7	75,5
Maranhão (1)	47,9	4,5	55,2
Acre	60,6	21,7	75,8
Rondonia	44,9	23,0	20,3
Roraima	80,3	17,4	83,5
Amapá	84,8	6,2	59,3

Fonte - IBGE - Anuário Estatístico do Brasil
1967 - 1971

(1) - Os dados se referem a todo o Estado e não apenas à parte pertencente à Amazônia Legal.

O padrão de ensino primário para a população escolar de 7 até 14 anos é bastante baixo na Amazônia Legal. A taxa de evasão que chega a ser de 29% no Pará está diretamente ligada aos períodos de safra quando o trabalho infantil é utilizado.

A taxa de escolarização analisada por estado mostra que, em grande parte da região, cerca da metade da população em idade escolar não está na escola. A porcentagem regional da população fora do sistema escolar está em torno de 40%.

Vale ressaltar ainda que a maior parte dos matriculados abandonam o curso antes de terminá-lo e a maior parte dos que permanecem utilizam-se de um número maior de anos para terminá-lo do que o requerido normalmente. Além disso a qualificação do corpo docente é bastante baixo, estimando-se que cerca de 67% não tenha a qualificação necessária para o ensino.

2. ENSINO MÉDIO

Quadro 2 :

Ensino Médio -
Amazônia Legal

Matrículas no início do ano -
Índices de Crescimento

(para 1964 - índice = 100)

quadro 2

	Taxa de Evasão		Taxa de aprovação	
	%		%	
	1964	1970	1964	1970
Amazonas	3,8	2,5	75,8	95,6
Pernambuco	2,7	0,5	?	54,9
M. Grosso (1)	9,3	13,7	70,8	71,5
Goiás(1)	5,7	6,5	85,9	77,0
Maranhão (1)	-	-	93,9	90,0
Acre	18,4	16,9	70,6	67,1
Rondônia	24,0	-	57,7	99,6
Roraima	14,0	33,7	88,0	68,0
Amapá	9,2	28,8	97,8	56,6
TOTAL	4,8	5,9	88,8	72,7

Fonte : Anuário Estatístico do Brasil
1967 - 1971
(1) inclui todo o Estado.

O curso secundário apresenta-se na Amazonia Legal como o mais procurado, tendo mais da metade das matrículas da região, seguido pelo Comercial e pelo Normal; sendo que o industrial e o Agrícola praticamente não existe. A taxa de evasão média é baixa - 5,9% em 1970, embora tenha crescido em relação a 1969 que foi de 3,6%.

No ensino médio, o secundário predomina em detrimento dos cursos técnicos que são os mais exigidos pela economia da região.

1.2.5. Aspectos Gerais da Mão de Obra

Introdução :

De princípio, podemos caracterizar a economia regional da Amazonia em dois setores distintos. Um engloba os novos setores, como mineração em escala industrial, pecuária e exploração de madeira, tendo grande potencialidade pois se orientam por técnicas empresariais modernas e tecnologia avançada. O segundo possui poucas perspectivas futuras, pois se caracterizam pela mão de obra intensiva, baixo nível tecnológico, sendo regido por métodos empresariais empíricos: setores ligados as atividades extrativas (borracha, madeira, ou garimpo), pequenas industrias de beneficiamento primário, etc...

2. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NA AMAZONIA LEGAL

A Amazonia Legal possui hoje uma população de 7.308.000 de habitantes com uma taxa de crescimento de 3,21 a.a, sendo que 63,16% habitam na zona rural e 36,8% a zona urbana. Vale dizer ainda que o fluxo para a área urbana é generalizado, aumentando ou diminuindo conforme as particularidades econômicas de cada estado.

Os estados da Amazônia e do Pará possuem hoje metade da população urbana sendo que em 1975 o Pará terá o maior contingente populacional em área urbana e o Amazonas atingirá tal situação em 1980.

A atração exercida pelos núcleos urbanos, ou a repulsão exercida pela área rural sobre a população são ambos processos que paralelamente ou isoladamente, colocarão em disponibilidade econômica boa parcela da população amazônica.

3. POPULAÇÃO ATIVA OCUPADA E OS SETORES ECONÔMICOS

Básicamente, os dados a seguir demonstram o descompasso entre o crescimento econômico e o poder de absorção da força de trabalho, dado que a população economicamente ativa evoluiu a taxas menores que as correspondentes à população inativa. Por outro lado a participação da mão de obra feminina evoluiu de uma taxa de 9,3% em 1950 para uma taxa de 13,9% em 1960 da população economicamente ativa. Isso demonstra mais uma vez o generalizado fluxo de evasão rural, causado, em princípio, pela queda das atividades extrativistas e a transferência para a área urbana. Na cidade o setor terciário absorve com mais facilidade a mão de obra feminina, reduzindo a participação masculina na força de trabalho.

Quadro 1 :

População ocupada por setores econômicos
1950 - 1960 - 1970

		Primário	Secundário	Terciário
1950	Pop. economicamente ativa	794.646	55.198	204.637
	%	75,4	5,2	19,4
1960	Pop. economicamente ativa	1.215.509	71.252	324.594
	%	75,5	4,4	20,1
1970	Pop. economicamente ativa	1.412.534	132.845	555.265
	%	66,0	9,0	25,0
CRESCIMENTO	1950 / 1960	4,34	2,59	4,71
	1960 / 1970	1,51	10,47	5,16

Fonte : IBGE -- Censos Demográficos
1950 - 1960 - 1970.

RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E REMUNERAÇÃO
EM DIVERSOS SETORES DA AMAZONIA LEGAL :

I. AGRICULTURA

Os produtores agrícolas da Amazonia Legal, na maioria das vezes, proprietários pequenos e meros "ocupantes", sem título de propriedade, o que os impossibilita de obter crédito agrícola, vinculando-o a intermediários que, pelo sistema de aviamento, lhes financiam a produção e determinam o preço da safra.

Por outro lado, ao longo da Belém-Brasília, onde a grilagem é muito mais acentuada, os produtores são obrigados a venderem os seus produtos a preços bastante baixos, muito antes da colheita, como único meio de sobrevivência. De maneira geral a remuneração assume um caráter típico e determinado de acordo com a exploração agrícola.

No cultivo de fibras a mão de obra é composta principalmente de posseiros, ocorrendo o aviamento. O trabalhador agrícola no cultivo do arroz, feijão, milho, algodão, mandioca, é geralmente parceiro ou arrendatário, sendo assalariado no cultivo da cana.

- Na agricultura da Amazônia utiliza-se ainda do trabalho dos diaristas e empreiteiros para as épocas de maior trabalho e demanda agrícola. A diária do início de 1972 atingia uma média de G\$6.00; inclusive a alimentação.

- A cultura da malva, apesar de se basear na pequena propriedade e na mão de obra familiar, durante a colheita absorve elevada proporção de diaristas, sendo comum o sistema de "meação".

- A maior parte dos produtores malveiros são posseiros, o que já não ocorre com os produtores de pimenta, principalmente em Tome-Açu. A cultura da pimenta, na região Amazônica, de forma diferente das demais culturas da região, assume um caráter, intenso e capitalista, empregando mão de obra assalariada, em torno de G\$160,00 a G\$200,00 em 1972, principalmente nas fases que não correspondem a época da colheita, e pagando por produção durante a colheita e colocação das estacas a G\$10,00 o dia.

Quadro 1

Estimativa do Total de Mão de Obra ocupada
na Agricultura
Amazonia Legal - 1970

Meses	Total
Janeiro	364.762
Fevereiro	295.500
Março	373.622
Abril	252.034
Maio	290.557
Junho	350.295
Julho	282.254
Agosto	394.082
Setembro	543.938
Outubro	717.154
Novembro	565.364
Dezembro	471.671

Pelo quadro acima podemos aquilatar a sazonalidade de oferta de trabalho da agricultura.

Os efeitos da sazonalidade incidem principalmente sobre os horistas, diaristas, tarefeiros, etc, os quais, por não terem outro vínculo com a propriedade, que não o contrato por tarefa, geralmente se deslocam na região, em busca de outras atividades, pois a remuneração obtida, regra geral não lhes permite pagar para os períodos de carência.

2. EXTRATIVISMO

2.1. Seringal

Ao seringueiro cabe o papel de extrair o latex e beneficiar o produto pelo processo primário de defumação, extremamente desgastante e de baixo rendimento. A dispersão das árvores é outro importante fator de baixo rendimento, obrigando o seringueiro a um trabalho de coleta de coleta que vai das 3 até 10 horas da manhã, percorrendo 14 quilômetros.

A extração é trabalho contínuo que vai de Abril a Novembro, com rendimento médio de 10 a 40 kilos de latex. Depois de beneficiado o latex é levado ao fiscal que, conforme a produção, fornece ao seringueiro crédito em dinheiro ou em bens de consumo. Finda a "contabilidade", o seringueiro está permanentemente em débito com o seringalista.

Este tipo de relação é o que mantém maior grau de dependência do seringueiro e mantém o maior grau de exploração obrigando seringueiro a adquirir gêneros e bens de consumo no barracão do seringal a preços majorados de 60 a 100%.

2.2. Castanha, Babaçu, Outras Gomas e Raízes

As características são semelhantes à extração da borracha, sendo geralmente uma atividade secundária à extração da borracha; usando o seringueiro esta atividade para minimizar seus débitos.

2.3. Pecuária

Quadro 2

Estados	Nº de projetos	MÃO DE OBRA OCUPADA				Total de mão de obra estável	Mão de obra flutuante
		braçal	semi-qualif.	capataz	agronômo ou veterinário		
Amazon.	7	45	9	10	2	66	179
Pará	82	2.363	473	123	20	2.979	3.397
Maranh.	4	104	20	6	1	131	87
Goiás	21	504	94	31	5	634	1.605
M. Grosso	162	5.066	1.013	243	40	6.362	7.068
TOTAL	276	8.082	1.609	413	68	10.172	12.336

Nas fazendas com pecuária tradicional vigoram ainda formas não monetárias de retribuição ao trabalho. Por outro lado, o pagamento em dinheiro está se tornando mais frequente nas fazendas em modernização, originando o assalariado rural. Tanto assim que em 1972 um administrador ganhava perto de G\$2.000,00 e um capataz, perto de G\$1.000,00. O trabalhador braçal recebe cerca de G\$7,00 por dia, se diarista, ou o salário mínimo regional, se fixo.

+++++

2. A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NA AMAZÔNIA

2.1. Origens do programa de industrialização (17)

Com a finalidade de integrar a Amazônia Legal ao resto do país, foi montado um tripe com funções definidas:

- a SUDAM, como órgão de planejamento.
- o BASA (banco de Amazônia) como agente financeiro.
- E a iniciativa privada atraída à área pelos incentivos fiscais.

Criar uma infraestrutura econômica na região a partir de dotação orçamentária regular para facilitar a implantação de indústrias foi a principal meta da SUDAM, além de coordenar a ação dos outros organismos de desenvolvimento e administrar os incentivos fiscais e financeiros do governo.

- Essa meta principal da SUDAM foi estabelecida quando de sua criação em 28.9.1966. Em suma, admitia-se como programa de desenvolvimento para a região amazônica a criação de dois grandes polos (Manaus e Belém) industrializados que irradiariam progresso, gradualmente, para o interior criando-se os mercados próprios, protegidos pelas grandes distâncias dos outros centros produtores do país. Em suma o mercado externo tinha pouca importância dentro dessa política.
- Passados 6 anos, parece que a política de desenvolvimento sofreu uma ginada violenta, assim é que o Presidente do Banco da Amazônia declarou ao jornal "O Estado de São Paulo" de 23.11.72 que as grandes vocações desta e da próxima década para a Amazônia Legal são:

- a) Agro-pecuária (visando exportação para o exterior). Os grandes projetos, neste particular, estão sendo desenvolvidos pela iniciativa empresarial de São Paulo.
- b) Exploração racional da floresta amazônica. (visando a exportação para o exterior do país). Nesse ponto o governo se empenhará em evitar as devastações que ocorreram no Sul do país.
- c) Sector dos produtos da indústria extrativa mineral (visando a exportação para o exterior do país). "Com destaque para as grandes jazidas de manganês e bauxita". Ressalte aqui que, como já foi comentado em outro lugar, a explora

ção das jazidas de bauxita foi postergada devido às dificuldades surgidas com a ALCAN, empresa encarregada das explorações.

- d) Turismo - A Amazônia assume grande importância para o mundo inteiro, nesse aspecto, com os seus atrativos naturais.
- e) Indústrias de Transformação - Continuando ainda suas declarações o Presidente do BASA disse: "no que se refere à indústria, entende que, com exceção do polo da Zona Franca de Manaus, as oportunidades limitam-se à aplicação que aproveitando matéria prima local, visem a exportação para o exterior."

Ora, aqui fica clara a falta de uma estratégia de desenvolvimento a ser aplicada à região, pois é inconcebível que, em apenas 5 anos, tal política tenha sofrido tal modificação, a não ser que se admita que o planejamento inicial foi efetuado sem o devido cuidado e de uma maneira completamente errada.

Estes fatos são importantes pois quando se pensa no dinheiro oriundo dos incentivos fiscais, que, desde 1965, tem sido aplicado em indústrias e lembrando-se as frases do Ministro Reis Velloso em aula inaugural da Escola Superior de Guerra proferida em 8 de março de 1972, quando disse:

- quanto à Amazônia a industrialização, racional, será aquela que se apoie na base agrícola, mas, ao mesmo tempo, nas atividades extrativas minerais.

- "Não basta construir a infra-estrutura, sem que se estabeleça equilíbrio entre ela e os setores diretamente produtivos."

- "É preciso poupar o fator escasso, ou seja o capital".

Concluimos que, existe uma contradição muito grande, pois se é preciso poupar o fator escasso ou seja o capital, é necessário também que exista um planejamento racional, sério e honesto que defina uma política para a região, a fim de evitar-se que modificações substanciais (estruturais) frequentes dessa política, inutilizem os efeitos dos recursos financeiros canalizados para a região. É claro que tal planejamento não foi feito quando foi definida em 1966 a política a ser aplicada pela SUDAM. Passados alguns anos, o malogro dessa política por diversos motivos, aliado a outros fatores conjunturais, fizeram com que o governo promovesse uma guinada de 180 graus na política para a região. De tudo isto fica a impressão desoladora de que, facilitado pelas condições em que vive o país, (falta de liberdade de imprensa e crítica) o governo vem fazendo diversas tentativas quase que a cego, sem um critério definido e não levando em consideração o que custa para uma nação subdesenvolvida o desperdício dos pequenos recursos financeiros.

Nota- As liberações efetuadas para o setor industrial pelo BASA atingiram até 31.12.71 o valor de R\$ 352.737.120,00. Concluindo, apenas 6 anos após o início da política a ser aplicada à região, ela deixou de ter como base a implantação de indústrias de transformação voltadas para o mercado regional, para se basear em atividades industriais extrativas e pecuária visando somente o mercado internacional.

2.2. Situação Atual da Indústria na Amazônia Legal

2.2.1. Estado do Pará - Região de Belém e Arredores

Esta região contém praticamente toda a indústria do Pará (mais ou menos 95%) razão pela qual ater-nos-emos a ela somente.

2.2.1.1. Considerações Gerais

A região de Belém foi a região da Amazônia Legal mais aquinhoada pela política de incentivos fiscais. Entre outros fatores é voz corrente (em Manaus principalmente) que devido ao fato dos órgãos responsáveis pela política de desenvolvimento estarem localizados em Belém houve realmente uma certa proteção regional, devido às influências políticas e outras injunções a que os referidos órgãos estavam e estão submetidos. O fato é que a grande parte dos projetos industriais aprovados pela SUDAM estão localizados em Belém e adjacências. A quase totalidade das indústrias de Belém é dirigida por empresários locais ou regionais. A maioria dos projetos aprovados e que estão em funcionamento datam de 1967 em diante. A quase totalidade dessas indústrias está voltada para o mercado nacional ou regional.

2.2.1.2 A Política de incentivos fiscais e suas deficiências

Quando do início do funcionamento do sistema de captação de incentivos, o empresário local ou regional viu nessa política a possibilidade de criação de novas indústrias ou então a ampliação das que já existiam funcionando precariamente em um estágio quase que artesanal. Partindo de premissas falsas julgou que simplesmente os incentivos fiscais seriam a condição necessária e suficiente para atingir o seu objetivo. O fato é que, segundo consta, muitos empresários "contrataram" projetos de acordo com seus interesses imediatos, sem levar em consideração diversos fatores de importância capital (pesquisa de mercado, correlação com outros fatores macro-econômicos, principalmente abertura de estradas etc.) para a implantação dessas indústrias.

Os projetos foram assim elaborados sem uma metodologia e uma técnica que avaliassem a viabilidade econômica-financeira do empreendimento. Não houve pesquisa de mercado, nem mesmo a mais elementar possível. Por outro lado, os escritórios de economia locais ou regionais, que elaboraram a maioria dos projetos ganhavam de acordo com a dimensão dos projetos. Todos estes fatos poderiam explicar em parte o superdimensionamento das indústrias implantadas e a baixa taxa de utilização da capacidade instalada no momento (mais ou menos 40%).

O fato é que os projetos eram assim elaborados e foram encaminhados para a SUDAM que os aprovou, sem nenhuma ressalva (por falta de estrutura técnica administrativa para proceder à análise dos projetos ou então por outros motivos mais escusos tais como corrupção etc.)

Outro ponto digno de nota é a total falência do sistema de captação de incentivos. A SUDAM aprovou um número de projetos muito acima das disponibilidades fiscais existentes. A primeira consequência desse fator é que o mercado de captação tornou-se "prostituído" como se costuma dizer da Amazônia. Os corretores que deveriam ter, no máximo, uma comissão de 5% de acordo com as normas da SUDAM, chegam a auferir no momento até 20% de comissão. Isto cria evidentemente um problema para o empresário que se vê na obrigação de montar um sistema oneroso para ceptar incentivos ou então aceitar as imposições dos corretores o que equivale a abrir um "rom

do" inicial nos seus recursos financeiros. Por outro lado, os corretores evidentemente procuram os projetos ou empresas que lhes oferecem mais comissão e não aquelas empresas com projetos mais honestos e viáveis, técnica e economicamente. Acrescentando-se as dificuldades no setor fr captação de incentivos, surge outro problema, ligado a burocracia dos órgãos oficiais - SUDAM e BASA. O fato é que o BASA após a liberação dada pela SUDAM leva um espaço de tempo exageradamente grande para creditar o dinheiro através das captções de incentivos fiscais.

O que parece fundamental sublinhar aqui é que talvez não seja somente os órgãos encarregados da aplicação da política de incentivos fiscais que devam carregar com as culpas pelo malogro do processo de industrialização. Parece-nos que é a própria política que deve ser contestada e analisada com maior profundidade. O fato abaixo descrito esclarecerá melhor os pontos de interrogação que existem em torno dessa política e que nos possibilitam ter uma idéia das suas implicações. (18).

... O segundo grande cortume de jacarés da Amazônia é o Santo Antonio de Belem e existe desde 1926. No ano de 1970 conseguiu aprovar na Sudam um projeto de ampliação e modernização orçado em 4,8 milhões de cruzeiros. Nada demais se não em vigor, desde 1967, uma lei proibindo a matança profissional de animais selvagens. O projeto a que se destina o dinheiro do governo prevê a extinção de 100.000 jacarés do tipo tinga e 18.000 do tipo açu anualmente. Ou seja, fere diretamente uma lei aprovada na mesma época de criação da SUDAM. (Ma administração ? Corrupção ? Incapacidade ? A que devemos atribuir tais fatos ?)

Ainda que possa parecer absurdo, ocorrências deste tipo são comuns no intrincado mundo dos incentivos fiscais, onde dezenas de órgãos independentes atuam sem uma coordenação única ; submetidos a pressão dos interesses particulares, que não tem nenhuma vinculação com o desenvolvimento da região. Poder-se-ia objetar que tais fatos são exceções imprevisíveis e impossíveis de evitar em qualquer tipo de política para o desenvolvimento. Mas, no tocante à Amazonia Legal podemos dizer que são uma regra geral e que as exceções são justamente os projetos aprovados que contribuem para o desenvolvimento da região.

O próprio Presidente Médici reconheceu o problema numa das últimas visitas que fez ao Nordeste.

"Vi a multiplicidade e a superposição de órgãos de natureza e escalões diversos, atropelando-se nas providências e prejudicando uma indispensável unidade de comando para a ação".

O exame retrospectivo da legislação brasileira mostra que, a partir de 1958, houve uma difusão dos incentivos tributários visando a induzir investimentos na direção de certos alvos ou metas constantes dos programas governamentais. E de 1966 para cá, a expansão do favor tributário, especialmente pela redução e isenção da carga do imposto de renda, vem tendo um crescimento excepcional, superando até o elevado índice de inflação. Há naturalmente, muita coisa errada neste campo de necessidades. E parece-nos que é a maior parte ; no entanto, somente daqui uns vários anos é que veremos claramente as consequências, talvez desastrosas ao verificarmos que, depois de ter-se esbanjado tanto DINHEIRO, O DESENVOLVIMENTO REGIONAL FOI IRRISÓRIO .

A elaboração de um esquema global de prioridades fixando os setores e as regiões a estimular, é uma medida a ser tomada para evitar desperdícios configurados na má administração dos escassos recursos, pois é certo que a imoderada expansão dos favores fiscais, produzirá contraditoriamente a destruição dos estímulos.

O fato é que é o governo que deve elaborar as prioridades²³ e também recusar os projetos que não estejam de acordo com as mesmas. Mas a realidade é que o governo não tem cumprido com as suas funções, seja estabelecendo prioridades que não estão de acordo com as necessidades do desenvolvimento da região (é claro, neste tópico, a influência de interesses particulares, especialmente dos grandes grupos, nacionais e internacionais), ou então omitindo-se na hora de recusar projetos que não estão dentro daquelas prioridades que realmente contribuem para o desenvolvimento regional. (É claro nesta questão a corrupção e a ineficácia dos órgãos governamentais).

Vejamos algumas declarações de investidores para termos uma idéia de que maneira são canalizadas grande parte dos recursos provenientes dos incentivos fiscais (principalmente IPR) e de que maneira eles estão ligados às prioridades do governo, contribuindo ou não para o desenvolvimento real da região.

a) Adeval César de Carvalho - Manah - adubos: "Aplicamos dinheiro dos incentivos fiscais em projeto próprio de reflorestamento. Razão: o retorno do dinheiro é mais rápido - 6 anos."

b. Erland Von Redlich - Atlas Cocco - "Se o parecer técnico for negativo, somente aplicamos quando existe, um grande interesse comercial muito importante em jogo. Falando claro, um grande pedido de equipamentos para ar comprimido."

c. Michel Sagut - Banco Francês e Brasileiro - "Se o dono do projeto é cliente importante, é bem possível que ele tenha preferência sobre os demais".

d. Paulo Marmiroli - Pibigás - "Investimos em projeto de amigos".

e. Guilerme Falavino - Anderson Clayton - "Pagamos o imposto de renda integralmente. Não aplicamos um tostão em incentivos"

f. Neyde Ribeiro da Silva - Ericsson - "Todos os projetos são estudados, mas aplicações são decididas depois de entendimento direto entre a Ericsson e os responsáveis pelo projeto. É método obrigatório para quem condiciona a opção à compra de equipamento telefônico. A empresa tem muito interesse em projetos de turismo - os hotéis são importantes consumidores de centros telefônicos."

Só em 1971 aplicou 3 milhões na EMBRATUR. Assim é que a empresa fez vultuosas aplicações no Casa Grande Hotel (Guaruja), Hotel Nacional Rio, Hotel Plaza São Rafael (São Paulo), Hotel Tropical de Manaus, Hotel Praia de Salvador, etc. A empresa tem também participação em varias industrias e companhias de serviço publico do Nordeste - Safron-Teijin, Ciquine, Wite Martins, Empresa Telefônica da Paraíba, Companhia Telefônica de Alagoas, Usina Siderurgica da Bahia. A Safron-Teijin não é cliente, mas os seus principais acionistas são amigos dos diretores da Ericsson.

g. Alfredo Cury - Shell - "Interesse comercial como fator decisivo para escolha de projeto é também muito comum nas distribuidoras de petróleo. Dentro da sua politica de diversificação de investimentos, a Shell vem dando atenção especial aos projetos oriundos de seus clientes. Um rápido exame do quadro de aplicações da empresa, mostra a SUDEPE como uma das agências oficiais mais bem aquinhoadas - 7 milhões de cruzeiros. Esta preferência se explica por ser a Shell, tradicional fornecedora de combustível para as frotas pesqueiras."

h. Antonio Cândido - Pirâmides Brasília.

Segundo o mesmo a firma recebe dezenas de propostas, mas prefere concentrar seus investimentos em firmas que tenham relação com o seu ramo - a industria plastica.

poderíamos citar inumeros outros casos, mas pelas citações acima percebe-se que a canalização de investimentos não obedece a certas prioridades estabelecidas pelo governo, e tem como fato decisivo para a escolha do projeto o interesse comercial particular da empresa aplicadora.

Resta saber se é possível coordenar tais interesses particulares com as necessidades de investimentos em áreas que realmente contribuam para o desenvolvimento da região. (19).

2.2.1.3. Situação das indústrias na Região de Belém :

A situação atual da quase totalidade das indústrias na região de Belém é má. A maior parte das indústrias encontra-se com graves problemas financeiros, operando com altas taxas de ociosidade (Umaparte delas operando abaixo do ponto de equilíbrio) apresentando o setor uma estagnação completa e o que é pior, sem perspectiva nenhuma para o futuro. (A maior parte dos industriais entrevistados não sabe o que acontecerá à sua Indústria nos próximos dois ou três anos). A crise em que se debate, no momento, a Praça de Belém vem repercutindo violentamente em todos os setores que produzem para o mercado local ou regional. A atual crise financeira de Belém não seria um fato esporádico, mas um fenômeno que vem se acentuando gradativamente e em parte é consequência do esvaziamento de Belém como emprego comercial da Região, pois as aberturas das rodovias (Belém-Brasília, Brasília-Porto Velho, etc...) ligando o Norte com a Região Centro-Sul, colocam os mercados locais ao alcance das indústrias da Região Centro-Sul. (Os produtos do Centro-Sul são mais baratos, mesmo considerando-se o frete rodoviário devido ao fato das escalas de produção das indústrias dessa região Centro-Sul serem muito maiores, o que reduz o custo unitário de produção).

2.2.1.4. O principal ponto de estrangulamento :

A falta de capital em giro é o ponto de estrangulamento imediato sobre as indústrias. Na nossa opinião, mesmo sem capital de giro suficiente estas indústrias não terão possibilidade de sobreviver depois da abertura de todas as rodovias.

Os industriais locais atribuem este problema ao fato de que o empresário na fase crítica de implantação da indústria, não percebeu as injeções de incentivos fiscais nas quantidades previstas e nos momentos programados e necessários. Foi então obrigado a recorrer a créditos da rede bancária privada, (pagando juros altos) ou então absorver parte dos recursos próprios que seriam destinados à formação do capital de giro.

2.2.1.5. Diversos fatores que poderiam explicar a situação atual da indústria na região de Belém :

a. Transposição mecânica da política de desenvolvimento aplicado anteriormente pela SUDENE, sem levar em conta as particularidades da região amazônica. Alias, aqui, caberia perguntar se a política aplicada pela SUDENE teve sucesso ou não? Rubens Vaz da Costa, em artigo no "O Estado de São Paulo", em 12/11 72, ao analisar a situação do Nordeste, cita diversas falhas da Sudene, que são as mesmas da SUDAM. Alguns trechos desse artigo são, a seguir, mostrados, podendo-se perceber como os problemas são semelhantes tanto para a SUDAM como para a SUDENE. (20).

b. O empresário da região não tinha tradição industrial, nem possuía os requisitos para liberar projetos modernos e de grande envergadura. Sua visão se restringia a ganhar no mais curto prazo possível, a qualquer custo, a maior quantidade de dinheiro.

- Aqui cabe uma outra pergunta : a política de incentivos não se baseia no argumento de que os empresários privados são os elementos mais capazes de criar empreendimentos que venham a contribuir para o desenvolvimento da região e sanear as disparidades entre as regiões desenvolvidas e sub-desenvolvidas ?

c. Projetos mal elaborados, mal analisados e aprovados, mal fiscalizados e mal executados (culpa , tanto dos empresários como da SUDAM).

A SUDAM padece dos seguintes defeitos básicos :

- Não possui pessoal técnico em condições de assistir e acompanhar o desenvolvimento normal das empresas ou mesmo emitir um parecer abalizado (aprovam todo e qualquer projeto que apareça, sem nenhuma seleção daqueles que realmente teriam possibilidade de contribuir para o desenvolvimento da região).

- Burocracia muito grande, em parte decorrente de falta de vivência e de conhecimento técnico que leva ao retardamento do andamento em processo por falta de condições para discutir frontalmente os problemas.

d. Sistema de captação de incentivos não funciona, devido aos motivos já citados no item 2.2.1.2.

e. Falta de incentivos fiscais em volume suficiente no momento, devido aos diversos caminhos que existem hoje em dia para a canalização dos impostos (PIN, PROTERRA, SUDEPE, EMBRATUR, Reflorestamento , etc.). Além disso é preciso frisar que a SUDAM tem dificuldades maiores devido à imagem negativa existente da indústria local implantada com incentivos, o qual não é nada estimulante para qualquer investidor.

f. Falta de uma política de desenvolvimento para a região. Alguns anos atrás, essa política parecia ser baseada na industrialização das duas áreas densamente povoadas da região amazônica, ou seja : Manaus e Belem. Hoje em dia ela está voltando-se muito mais para as áreas de vazios demográficos (- Agro-pecuária ; extração de minérios e algumas indústrias estrativas).

g. Necessidade de manter em estoque grande quantidade de insumos , em consequência das grandes distâncias dos centros fornecedores. Este fato pesa na formação do capital de giro.

2.2.1.6. Conceito de SUDAM na Região

É péssimo. A SUDAM é muito mal vista pela quase totalidade dos empresários, mesmo aqueles que não mantêm nenhum contacto com o órgão.

Atribue-se à SUDAM a responsabilidade pela situação atual da indústria do Pará, o que na realidade é apenas um lado da medalha a.

2.2.1.7. Mão de Obra

Existe na Região uma grande oferta de mão de obra braçal, pois o índice desemprego e subemprego é muito grande na região de Belem (população de Belem mais ou menos 700.000 hab. -população na indústria mais ou menos 27.000.-)

-A mão de obra qualificada ou semiquilificada é inexistente. As indústrias tem que ser autossuficientes nesta questão treinando o pessoal necessário por sua própria conta. Geralmente a chefia e o pessoal mais qualificado é precedente do sul ou do Nordeste do país.

-O aprendizado pelo elemento da região é rápido. Não existe dificuldades de adaptação.

O operário da região é subalimentado, fato êste que obrigou os empresários a iniciarem a distribuição de alimentação suplementar (além do almoço) durante a jornada diária, pois do contrário o operário não suportaria um período normal de trabalho de 8hs.-

2.2.2. - ESTADO do AMAZONAS - Região de MANAUS

2.2.2.1. - Considerações Gerais

Excetuando-se os empresários tradicionais ligados à indústria-extrativista, a quase totalidade dos novos empresários provém do sul do país, ou pelo menos os dirigentes (executivos) e o pessoal de chefia são do sul do país.

Esta é, uma das razões pela qual o empresário da região de Manaus, parece muito mais apto e com melhor condições de comandar modernos empreendimentos industriais do que o de Belém - (possuem uma visão geral e global dos problemas existentes e suas soluções com outros fatores que poderiam estrangular a sua indústria).

Um ponto que deve-se frizar é que praticamente todo o parque industrial de Manaus está em fase inicial de implantação, ao contrário da região de Belém onde a maioria das indústrias já estão implantadas.

Este fato é importante numa análise global da indústria de Manaus, pois no momento existe uma certa dificuldade em caracterizar sua situação decorrente deste fato, sendo possível que no futuro algumas indústrias tenham problemas iguais às de Belém.

A influência da SUDAM na região é bem menor do que em Belém. O número de empresas que não utiliza a captação de incentivos é bem grande, mais ou menos 40%.

Existe um número razoável de indústrias que iniciam sua produção com uma "unidade piloto", afim de:

- sentirem as dificuldades reais que terão com a implantação da unidade definitiva.
- treinar a mão de obra necessária semiquificada e qualificada que é inexistente na região.
- sondar os mercados em potencial.
- verificar as dificuldades de comercialização.
- verificar as dificuldades com o setor de transporte.

Poderíamos classificar as indústrias da região de Manaus em 3 categorias.

- a- Indústrias destinadas ao abastecimento do mercado local. São geralmente pequenas e médias indústrias comandadas por empresários locais, que não tem condições técnico-administrativas para liderar uma indústria moderna. A situação dessas indústrias não é boa e o número de falências é grande.
- b- Indústrias implantadas depois do estabelecimento da Zona Franca. Estas são indústrias grandes (para a região) geralmente ligadas a grupos industriais muito fortes do sul do país ou então são indústrias do sul que se transferiram para Manaus (joias, relógios, radios, confecções, serrarias etc.) São indústrias bem dirigidas e cuja situação atual é de um modo geral boa e com futuro promissor a curto e médio prazo. Possuem todo um sistema de comercialização montado no sul do país, não possuindo nenhuma dificuldade em escoar seus produtos. (ex. Maderreira Moss, Raymonet S/A, Treves, Beta, Spuma, etc.)
- c- Indústrias tradicionais ligadas às atividades extrativistas.

(madeira, borracha, juta, sôrva, couro e peles, castanha do Pará etc.).

São grandes industrias, geralmente formando um "pool" controlado por uma mesma familia tradicional da região.

A situação dessas industrias poderíamos dizer que é estacionária, com alguns setores apresentando forte tendência para entrar em colapso a curto prazo, devido às dificuldades ligadas à extração de materia prima (ex. borracha).

2.2.2.2. - Situação de captação de incentivos:

As industrias que utilizam incentivos são aquelas englobadas pelos itens "b e c" acima.

Elas se defrontam com os mesmos problemas que as industrias de Belém, ou seja:

- dificuldades de captação de incentivos pelos mesmos motivos já citados para a região de Belém
- burocracia exagerada da SUDAM E BASA, retardando a liberação e o credito das importancias captadas.

Como a maioria das industrias estão em fase de implantação, elas procuram superar as dificuldades acima de 2 maneiras:

- a- montando um sistema de captação próprio, pois uma parte dessas industrias estão ligadas a grandes empresas ou grupos do sul do país que podem arcar com essas despesas apesar das mesmas não terem sido previstas inicialmente.
- b- procurando independe da captação de incentivos. É bem grande o número de empresas que solicita somente a isenção do IPR à SUDAM, não pedindo captação de incentivos.

2.2.2.3. - Mão de Obra.-

A mão de obra da região apresenta grande capacidade de adoção de novas tecnicas operacionais, o que tem sido constatado nas novas empresas instaladas.

Isto é mais verdadeiro ainda em relação à mão de obra feminina que está sendo amplamente utilizada na maioria das novas industrias. (joias, perucas, relógios, montagem de radios, confecções, etc.).

A mão de obra qualificada e semiquilificada é inexistente. Muitas industrias treinaram ou estão treinando a mão de obra necessaria em "unidades pilotos". Geralmente todo o pessoal de chefia é do sul do país.

Uma parte bem significativa das industrias que estão sendo implantadas, já operavam em outras regiões do país, e num primeiro estágio transferiram quase que todo o pessoal qualificado para Manaus afim de que o mesmo conduzisse a implantação da industria e treinasse a mão de obra necessaria.

No momento há dificuldade na obtenção de mão de obra não qualificada, dificuldade que vem acentuando-se a cada dia, devido a criação de novas oportunidades de trabalho, surgidas principalmente no campo da Construção Civil de grandes obras. (Centrais Elétricas, Aeroporto, Obras militares, Estradas, etc.)

No entanto a crise de mão de obra no momento deverão ser superada a médio prazo visto ser improvável que a taxa atual de crescimento da construção civil se mantenha.

Ficou comprovado também a necessidade de alimentação suplementar (além das refeições normais) para que o operário suporte um ritmo de trabalho normal.

2.2.2.4. - Comentário sobre a SUDAM

É opinião unânime na região que é necessário uma descentralização efetiva da SUDAM, pois o órgão atual da mesma em Manaus, CEAMO, não possui autonomia suficiente para executar as suas funções. (Análise e aprovação de projetos).

A SUDAM centraliza muitas funções sem ter infraestrutura para exercê-las

Os problemas das indústrias dependentes da SUDAM e do BASA são os mesmos citados para as indústrias de Belém. (Continua válido o consenso geral "Sudam dá pena e Basa causa arrependimento.")

2.2.2.5. - ZONA FRANCA

a- Objetivo da Zona Franca

Quando foi implantada a política de desenvolvimento baseada nos incentivos fiscais (isenção IPR e captação de incentivos) para a região amazônica, verificou-se uma canalização muito grande de recursos para a zona junto à foz do rio Amazonas, região de Belém. Isto entre outros fatores porque a citada região oferecia uma série de vantagens (principalmente fretes mais baratos), para a instalação das indústrias em relação ao resto da região amazônica.

Essa distorção poderia na opinião do governo estrangular a política de desenvolvimento para a Amazonia Legal, pois o outro polo teórico de desenvolvimento (Manaus) permanecia totalmente estagnado.

Foi então que no governo Castelo Branco, criou-se a Zona Franca, que oferecia uma série de vantagens fiscais adicionais (isenção IPI, ICM, de imposto de importação etc.) para as indústrias que se instalassem na região.

Tentou-se dessa maneira colocar em igualdade de condições as 2 principais regiões da Amazonia Legal. (Belém e Manaus).

b- Atingiu-se o objetivo visado?

É voz corrente entre os industriais que a Zona Franca atingiu somente em parte, os seus objetivos. É claro que sem a Zona Franca o parque industrial incipiente que está se instalando no momento não teria condições de sobreviver (90% dos industriais entrevistados declararam que ou as indústrias não teriam sido instaladas ou nem teriam condições de subsistir a curto e médio prazo sem as vantagens fiscais proporcionadas pela zona franca).

A afirmação acima evidentemente se aplicava às indústrias tradicionais ligadas às atividades extrativas da região que já existiam quando do estabelecimento da Zona Franca, e que praticamente não foram afetadas pela zona franca.

Por outro lado, o número de projetos implantados e em implantação é muito menor que o previsto. De fato, só uns 20% dos projetos aprovados estavam sendo implantados, pois muitos empresários desistiram no meio do caminho, por diversos motivos (Exemplo: Peireira Lopes, etc...).

- A exacerbação das atividades comerciais (que são normais no período inicial de funcionamento de qualquer zona franca, pois

este setor é de fácil e imediata implantação), tem diminuído gradualmente segundo as informações e índices da SUPRAMA ;

- É também visível que o grosso da Indústria está se instalando na região de Manaus, pertence ao setor de indústrias de bens de consumo superfluos, (jóias, perucas, confecções finas, relógios, montagens de rádios, etc.) e que não está voltada para o mercado regional ou local.

A renda mensal familiar (poder aquisitivo familiar) aumentou muito depois do estabelecimento da zona franca, pois o comércio local e a maior parte das indústrias que estão ou já foram implantadas possibilitaram o emprego da mão de obra feminina, que anteriormente não tinha possibilidade de encontrar trabalho.

O chamado distrito industrial de Manaus não existe, possuindo somente uma indústria dentro dos seus limites.

C. Possíveis causas que impediram que a Zona Franca atingisse seus objetivos

- O Governo tem mechado demasiadamente na legislação para a Zona Franca, não oferecendo uma imagem de segurança e firmeza que pudesse atrair um grande número de empresários nacionais e do exterior (Exemplo : fábrica de cigarros, C.A. Simões, etc.).

- Falta de coordenação e integração entre os diversos órgãos encarregados do Desenvolvimento da Região. - CODEAMA, SUDAM, SUPRAMA. Até o momento um projeto tem que ser aprovado e analisado em cada um dos órgãos acima, não sendo raras as vezes que o mesmo é aprovado num dos órgãos e rejeitado no outro. A CODEAMA e o SUPRAMA estão no momento estudando a possibilidade de uma análise em conjunto dos projetos.

- Houve uma falta total de planejamento na definição de certos pontos fundamentais para a atração de novas indústrias. Exemplificando : A área do Distrito Industrial escolhida apressadamente, sem critério nenhum, não oferece as mínimas condições para a instalação de qualquer indústria. Não existem as obras de infra-estrutura necessária : água, esgoto, energia, etc. É o perfil do terreno exige um gasto com terraplanagem que desestimulou qualquer indústria a se localizar nesta área.

- O empresário consciente vê nos incentivos fiscais um lucro marginal. Somente os incentivos não são suficientes para atraí-lo. Medidas complementares são igualmente necessárias. "Não basta, por exemplo, isentar de impostos as exportações ou importações se as condições de transporte são ineficientes, se os serviços portuários são irracionais, se as instalações do porto de Manaus são obsoletas, pois neste caso, os custos operacionais de embarques dos bens absorverão as isenções concedidas pela Política Fiscal, deixando destarte o produtor local sem vantagens comparativas e obviamente sem condições de competência no mercado nacional e internacional" (21).

- Campanha promovida no Sul do País contra a Zona Franca desestimulou um certo número de empresários.

- A legislação fiscal da Zona Franca ao mesmo tempo que criou novas oportunidades para implantações de novas indústrias, estrangulou alguns setores industriais existentes, como foi o caso das serrarias instaladas antes da Zona Franca.

- Não há coordenação entre as políticas de incentivo estadual e federal. Exemplificando : O Governo Federal concede incentivos por 30 anos, enquanto que o Estadual por 10 anos.

2.2.3. Estimativa de salários para indústria de transformação na Amazonia Legal

% de população ocupada na indústria	Faixa salarial 1 salário mínimo regional
38 %	1 salário mínimo
29 %	de 1 até 2 salários min.
15 %	de 2 até 3 salários min.

2.2.4. Evolução do Produto Industrial em Termos Reais
1972

1ª parte ano	AMAZONAS		PARÁ		MARANHÃO	
	G\$1.000,00	índice	G\$1.000,00	índice	G\$1.000,00	índice
1960	183.911	100	282.224	100	125.289	100
1964	169.976	92	256.796	91	120.715	96
1968	189.212	103	384.285	136	124.965	106

+ + +

2ª parte ano	REGIÃO AMAZONIA		BRASIL	
	G\$1.000,00	índice	G\$1.000,00	índice
1960	591.424	100	24.599.952	100
1964	547.487	93	30.524.736	124
1968	698.462	118	39.981.550	163

Percebe-se pela análise do quadro acima, que a situação da indústria na Região Amazônica, apesar dos incentivos fiscais dados à mesma não evoluiu da mesma maneira que a indústria nacional. (22).

++++
++++
++++
++++
+++
+

Eis a Amazônia de hoje. A Amazônia cobijada. A Amazônia de tantas potencialidades e de tantas riquezas. A mesma Amazônia. Os mesmos homens e os mesmos costumes. Ainda hoje, o seringueiro, apesar das rodovias, dos projetos de industrialização, dos financiamentos e das empresas de mineração, anda 14 Km por dia para apanhar, em média 10 quilos de latex, com os quais adquire gêneros de primeira necessidade para a família a preços exorbitantes (23).

Neste trabalho procuramos dar uma idéia da economia da Amazônia Legal de hoje, setor por setor. Analisado este material, vemos que a falta de planejamento e de visão, além da ganância total, prejudicou sensivelmente o povo daquela área do Brasil. Se, a princípio, o processo de industrialização visava criar um mercado interno forte e aumentar a oferta de empregos, vemos hoje outra realidade: as indústrias não criaram um número sensível de empregos e sua produção visa hoje essencialmente o mercado externo.

As rodovias que estão hoje cortando a Amazônia foram e estão sendo feitas sem um mínimo de planejamento (15), em detrimento de outras obras mais importantes que, sem dúvida, melhorariam a economia da região. Em 1980, 63% da população da Amazônia Legal estava no campo, apesar do fluxo generalizado de evasão rural. Isto sem citarmos a invasão que hoje se processa, de camponeses que vêm de todos os estados do Brasil, atraídos pela propaganda governamental. E o que encontram? Fome, cheva, mosquitos e hepatite infecciosa (24). Esses camponeses, sem nenhuma assistência vão engrossar ainda mais o número de desempregados e subempregados.

Vendo o aspecto das riquezas minerais na Amazônia Legal, conhecemos a política de minérios que visa explorar, até a devastação, todas as jazidas conhecidas. Exploração essa que é feita com a participação expressa do capital estrangeiro, pois o Brasil precisa "exportar para desenvolver". Minérios estrategicamente importantes, como o manganês, tem suas jazidas exploradas até a devastação o que poderá, no caso, deste minério, comprometer seriamente nossa indústria siderúrgica nos próximos anos.

De que adianta povoar a Amazônia se não podemos nem mesmo alimentar os que lá estão? E os incentivos fiscais? Enfim, é a Amazônia de sempre ou, se quisermos, uma Amazônia vedetizada, vista com prioridade na máquina de propaganda governamental.

Se quisermos tirar algumas conclusões, podemos desenvolver, através de um trabalho autônomo de pesquisa, leitura e informação, pontos como estes:

A situação dos indígenas na região amazônica é aquela que conhecemos: à medida em que a civilização penetra, o mundo cultural indígena é violado, crescendo o número dos párias na sociedade brasileira. (A situação dos indígenas no Brasil será focalizada, em um trabalho especial de documentação, próximamente).

Os interesses do grande capital estarão assegurados, na Amazônia, através das estradas: a Amazônia é a maior reserva vegetal do mundo e riquíssima em minerais atômicos que já estão sendo explorados por empresas multi-nacionais, particularmente norte-americanas.

Mesmo a imprensa mais reacionária do Brasil destaca, vez por outra, os perigos de doenças, sub-alimentação e falta completa de recursos para que se pratique uma agricultura economicamente viável naquelas terras.

A Amazônia já tornou-se um Eldorado para os grandes fazendeiros pecuaristas e as fazendas de gado pertencem a grupos monopolistas bem conhecidos.

Posição da Igreja diante da realidade amazônica

Como a Igreja deve colocar-se diante desta realidade?

Ha duas opções: 1. Sacramentalização, como tarefa própria e no plano sócio-econômico da ação governamental, através de projetos assistenciais (mesmo procurando evitar o termo assistencialista).

Este foi o papel assumido pela Igreja em várias regiões carentes no Brasil, e ainda permanece, apesar das mudanças acontecidas.

2. Evangelização e ação profética, denunciando as situações de pecado na Amazônia e levando aqueles homens a uma tomada de consciência, resultando numa ação de libertação.

Nesta última linha, aparece como importante, entre outros parâmetros de atuação:

1- Ter uma visão global e não setorial dos problemas que envolvem a política do País de tal forma a revelar contradições, que o sistema não consegue integrar. Poder-se-á então compreender o "para que" da "ofensiva amazônica" do governo.

É preciso compreender que a polarização de áreas, dentro de um país de economia dominada, corresponde a uma política de satelitização. O nordeste, por exemplo, já foi o polo econômico mais movimentado do Brasil (situar época do colonialismo ibérico); o Centro-sul é agora a área central de atividades econômicas do país. Parte-se, desde já, para a Amazônia, obedecendo-se a uma política extra-orientada: atende-se aos interesses das grandes empresas multinacionais, particularmente norte-americanas.

A Igreja não pode deixar-se levar pela visão micro-estrutural, esquecendo-se a visão do sistema e a vinculação do Projeto Amazônia com a dominação de nossa economia desde fora.

2- Ouvir, traduzir e proclamar os clamores dos pobres da Amazônia.

3- Isto significa, que a Igreja deve ser voz dos sem voz naquela imensa região.

4- No momento em que o número, a quantidade, em suma, os princípios básicos do liberalismo, são as normas vigentes e seguidas, a Igreja cabe a tarefa de apresentar, de modo crítico e incisivo, os valores fundamentais do Evangelho de Libertação. "Não se pode servir a dois senhores: ou se serve a Deus ou ao dinheiro".

5- Estimular o surgimento e desenvolvimento de experiências em educação libertadora e inscrever em toda a Pastoral e Liturgia esta dimensão de crítica a uma "ofensiva" que valoriza, antes de tudo, o capital não o trabalho

- 1 - Revista Veja: Guia de Incentivos Fiscais /março 1972.
- 2 - Fonte: Tamer - "O Estado de São Paulo" III/72,

PRODUTOS	Pregos no barracão Gr\$	Pregos no comer. Gr.\$
Óleo Comestível (l)	6,00	3,50
Café (500gr.)	10,00	8,00
Agucar (Kg)	4,00	1,50
Sal (Kg)	3,50	1,00
Sabã (bana)	4,00	3,00
Querozene (l.)	1,00	1,00

- 3 - Tanto a pecuária como a mineração absorvem um reduzi-
do contingente de mão de obra.
Pecuária e mineração são atualmente os dois pilares da política da Amazônia Legal.
- 4 - "US STEEL (ferro na Serra dos Carajás)
"ALCAN (Bauxita, no Rio Trombetas)
"GRACE (Cobre, além do Manganês já explorado pelo
"ICOMI (Amapá)
cfr. pag. 7ss sobre minérios.
- 5 - cfr. "Tribuna da Imprensa" 10/01/73 pag.6
"Desequilíbrio: dívida externa e investimento"
"... a dívida externa acumulada passou a 1,7 bilhões de dólares em 1960 para 6,6 bilhões em 1971".

cfr. também "Jornal Opinião" nº 11 15/01/73 pag. 9 "
"A semana Econômica" " A dívida externa brasileira foi assunto do economista Ricardo Bueno, essa dívida atingiu 10 bilhões 46 milhões de dólares em final de 1972, e chegará a 12 bilhões 546 milhões em final de 1973...
... A seu ver, o autor, mostra a crescente perda de autonomia da economia brasileira e determina a orientação do nosso desenvolvimento em função do pagamento dessa dívida.
- 6 - Eis uma síntese do artigo "O TRANSPLANTE DE FÁBRICAS" de Marcos Gomes para o jornal "Opinião" de 06 a 13 de novembro de 1972.
O artigo versa sobre o decreto lei 1219 que entre outras vantagens concede isenção de impostos para a

importação de máquinas, equipamentos, peças, produtos intermedieiros e matéria prima desde que os produtos se destinem a programas de exportação.

Primeiramente para elucidar as causas deste decreto lei, Marcos Gomes cita artigo publicado no JORNAL DO BRASIL de autoria do economista Edmar Bacha, onde afirma que "o auge econômico do fim da década passada (1968 a 1970) estava tendendo a estrangularem-se pelo esgotamento da capacidade para importar". Ou seja manter as atuais taxas de crescimento do PIB, é necessário que o país disponha de um número suficiente de divisas para fazer face as importações sempre crescentes. Mas não é o Brasil que possui o maior volume de divisas em toda a América Latina?, pergunta o articulista. Responde o economista Bacha que: "realmente as divisas brasileiras cresceram, mas em decorrência do afluxo de capitais estrangeiros de características especiais, ou seja, não podem ser transformados em importações, pois devem estar disponíveis para repartimento praticamente à vista. Não significando pois necessariamente capacidade para importar".

Assinala ainda o autor que "O decreto 1219 ameaçava dar uma resposta a esses problemas criando condições para as grandes empresas estrangeiras expandirem suas atividades no Brasil com vista ao mercado externo. Assim o objetivo é aumentar as exportações para o país receber mais divisas e o PIB continuar crescendo, ainda que esse crescimento fique cada vez mais dependente das empresas internacionais".

Porém, o que preocupou seriamente os empresários nacionais foi o decreto 1236 que regulamentou o primeiro, pois no seu texto diz que é permitido o transplante de fábricas inteiras para o Brasil desde que sua produção se destine "essencialmente" para a exportação. Para os empresários brasileiros que já estavam assustados com o decreto 1219 o temor aumentou ainda mais com o decreto 1236, pois ao afirmar que os produtos devem ser destinados essencialmente para o mercado externo significa que pelos menos uma parcela desses produtos podem ser destinados ao mercado interno, dando as firmas estrangeiras melhores condições de concorrência com as firmas que já operam no país há anos. Além disso, o decreto abriu uma brecha na lei da similaridade que protege a incipiente indústria nacional de equipamentos, pois permite que fábricas inteiras sejam transplantadas com todos seus equipamentos que existam ou similares nacionais. Na exposição de motivos os Ministros da Fazenda e do Planejamento disseram que "a transferência de conjuntos industriais completos não pode ficar sujeita à exclusão de determinadas máquinas pelas descontinuidade que ocasionaria ao processo de produção".

Por outro lado antes mesmo da regulamentação do decreto 1219 várias propostas concretas de transferências de fábricas surgiram. As razões são que, em primeiro lugar, segundo um diretor da Texas Instrument Co, nem mesmo Hong Kong oferece mão de obra tão barata e farta como o Brasil. Em seguida no terreno trabalhista a situação também é considerada favorável pelos investidores estrangeiros dado o severo controle do movimento sindical. Há ainda outro lado importante qual seja o fato que nos países industrializados é intensa a pressão da opinião pública em favor de uma legislação anti poluidora e de preservação do ambiente. Desse modo conscientes de que as restrições nessa área surgirão em escala crescente nos próximos anos, os empresários estão procurando operar em países onde a preocupação com a poluição ainda não existe. Por outro lado os empresários estrangeiros percebem que a própria política econômica brasileira nitidamente voltada para o exterior, vai obrigar o país a continuar mantendo as vantagens e garantias dadas ao capital externo.

Todos esses atrativos ainda são reforçados pela situação política mundial: várias empresas estão interessadas em sair da Argentina, onde a situação política evolui de forma aparentemente incontrolável, desde que os Estados Unidos e o Japão reconheceram que Formosa é uma província da China Continental, empresas norte americanas e japonesa, ante o crescente isolamento de Formosa, estão planejando remover suas fábricas para outros locais.

Enquanto isso surgiam os primeiros pedidos de informação. Só no setor automobilístico a Citroen, a Toyota, a Alfa-Romeo e a Fiat. A essas somaram-se a Ford-Philco, a Allis-Chalmers, a Sperry-Rand, e a tees Instrument Co, todas americanas.

Nos jornais, raros foram os elogios ao governo. O escritor católico Tristão de Ataíde em sua coluna no JORNAL DO BRASIL comentou que: "Essas fábricas procuram aqui apenas o trabalho barato, sem no entanto trazer as máquinas acompanhadas do respectivo "Know-how" especializado (...). Sem direito de greve, sem sindicatos protetores acossada pela fome, multiplicada pelo mais alto índice de natalidade, habituada a uma vida nômade e de exigências mínimas de conforto a massa da nossa pobre-mão-de-obra exerce assim um papel de imã irresistível e todo esse aço europeu, australiano e norte americano, obsecado pelo lucro fácil e acossado pela competição implacável do mercado universal". Por seu turno o Ministro da Fazenda afirmava que "a única restrição que poderia no futuro dificultar o processo de crescimento do Brasil seria uma diminuição do ritmo das exportações. Para continuar crescendo a taxas altas, o país tem que ampliar suas vendas ao exterior em torno de 14% a.a., e isso constitui um dos pilares da política econômica em andamento".

Os decretos foram regulamentados no dia 31 de outubro, não trazendo grandes novidades. Os benefícios só serão concedidos se a produção do conjunto industrial se destinar essencialmente a exportação e as fábricas já devem estar em funcionamento lá fora. Parte da produção poderá ser colocada no mercado interno e para isso o governo estabeleceu uma cota anual em função do similar nacional. Na realidade a regulamentação faz poucas exigências e deixa uma ampla faixa de liberdade ao governo para que ele possa decidir em função de cada caso concreto.

7 - Eis uma síntese do artigo "A INDÚSTRIA QUE FABRICA SUBEMPREGOS" DO JORNAL "POLITIKA".

O número de indústrias no Brasil aumenta, assustadoramente. Isso é bom na medida em que sabemos que essas indústrias podem gerar empregos e renda, as quais, a curto e a médio prazo, deveriam melhorar o nível de vida do povo Brasileiro com mais empregos e melhores salários. Porém esta não é a realidade do Brasil de hoje. Na verdade o grande número de indústrias que estão se instalando no Brasil hoje e aquelas que estão se modernizando, não estão contribuindo em nada, ou muito pouco para o aumento da oferta de empregos.

Exatamente esse o assunto que aborda Hélio Duque em um artigo para o jornal POLITIKA, onde ele procura mostrar que ao longo da história econômica moderna, os sucessivos planejadores governamentais brasileiros preocuparam-se mais com o fator capital do que com o fator trabalho. "Isto quer dizer que as sucessivas políticas de desenvolvimento não tem se preocupado fundamentalmente com o aspecto social da questão. Nossa política de desenvolvimento sempre foi voltada deliberadamente menos para o trabalho e muito mais para o capital".

Explica o autor esse fato com a importação de tecnologia cujos modelos são satisfatórios para as sociedades de onde provem ou seja, Estados Unidos e Europa Ocidental, onde o fator trabalho é relativamente escasso e o fator capital abundante. Ao contrário de nosso país que tem abundante mão-de-obra e escasso capital.

Durante o artigo o articulista ressalta a importância da pesquisa realizada pelo economista Edmar Bacha, publicada na Revista Brasileira de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Neste artigo o economista Edmar Bacha mostra que com a marginalização de uma grande parcela da população do processo de modernização, vivemos "numa fase de crescimento econômico, simplesmente e não desenvolvimento econômico".

Citando mais adiante dados de um levantamento do IBGE realizado no Grande Nordeste, que inclui partes dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, mostra que 53% dos trabalhadores agrícolas do Grande Nordeste tem renda monetária inferior a G\$60,00 e que somente 5% dos lavradores nordestinos tem remuneração monetária superior ao salário mínimo regional. Segundo levantamento do IBGE, o quadro é o seguinte: "até G\$ 40,00 - 26% dos trabalhadores agrícolas nordestinos; de G\$ 40,00 a G\$ 60,00 - 27% ; de G\$ 60,00 a - 120,00 - 42%".

A respeito desses dados o economista Edmar Bacha diz o seguinte em seu trabalho: "Ainda que se adicione a esses números uma generosa imputação pela remuneração em espécie, o quadro que se forma é obvio: substancial parcela da mão de obra rural no Grande Nordeste têm hoje níveis de remuneração significativamente inferiores aos padrões mínimos definidos como aceitáveis pela sociedade e pelo governo brasileiro. Note-se ainda que os dados referem-se somente aos homens; se forem incluídos dados referentes aos valores femininos, o resultados seriam ainda mais dramáticos".

DESEMPREGO E SUBEMPREGO URBANO

Na área urbana o problema é quase o mesmo. Segundo o IBGE no Grande Nordeste, aos concentrados em atividades artesanais, comércio varejista e prestação de serviços, 35% tem remuneração inferior a G\$ 50,00 por mês; 14% dos trabalhadores autônomos tem renda entre G\$ 50,00 e G\$ 100,00. Isso significa que no Nordeste 50% dos pequenos proprietários e trabalhadores autônomos, em trabalhos não agrícolas, tem renda inferior aos salários mínimos regionais.

Nesse ponto podemos notar que esses trabalhadores se situam exatamente no setor terciário da economia ou seja na prestação de serviços. Note-se que a maioria ou quase a totalidade desses trabalhadores vieram exatamente da zona rural, ou seja do setor primário que não tinha condições de absorver a mão de obra existente na região. Na cidade, como o setor secundário pelos motivos acima expostos, também não absorve a oferta de mão de obra o trabalhador é obrigado a se engajar no setor terciário prestando pequenos serviços e vivendo de pequenas vendas com baixa remuneração. Delineia-se aqui uma certa semelhança com a realidade amazônica onde o setor terciário tem aumentado sensivelmente alimentado pelo êxodo rural. Como no grande nordeste também na Amazonia o setor secundário não tem condições de absorver a oferta de mão de obra, pois trabalha com mão de obra altamente especializada geralmente vinda de outros estados ou de outros países e trabalha essencialmente visando o mercado externo. Com isso o setor terciário aumenta sensivelmente distorcendo a economia regional.

Pergunta ainda o articulista qual o caminho que se descortina como possibilidade duradora para reequilibrar nossa economia no que se refere à criação de novos empregos? Responde o economista e pesquisador Edmar Bacha: "O empresário privado não recebe estímulo no Brasil, para empregar mão de obra a taxas correspondentes a seu baixocusto social porque para ele, empresário, a mão de obra é relativamente cara. Ao contrário do que seria de se imaginar a alternativa para o empresário é fazer investimentos intensivos em capital, o qual, ao contrário da mão de obra, cuja utilização é punida pelos encargos trabalhistas, tem seu custo barateado em inúmeras -

formas de governo... (A indução à baixa geração de emprego proporcionado pelos incentivos ao uso do capital e por punições interseoriais da política de substituição de importações). Essa política, ao congelar a taxa de câmbio, afugentou os investimentos em mão de obra; e ao erigir barreiras aduaneiras intransponíveis, atraiu investimentos a setores de indústrias substituidoras que geralmente são intensivas em capital".

INDÚSTRIA NÃO CRIA EMPREGOS

Normalmente para países como EUA, Dinamarca, México, Canadá e Itália, para cada 10% de industrialização temos 8,2% de empregos industriais; no Brasil para cada 10% temos efetivamente criados apenas 2,8%. Desse modo o desemprego tende a se considerar na medida em que não se altere na raiz essa gritante distorção no nosso processo de industrialização.

Finalizando o articulista cita as seguintes palavras do economista João Pinheiro Neto: "É de se notar que o desemprego em país subdesenvolvido não tem as conotações inerentes aos países mais adiantados em que o seguro social supre as necessidades fundamentais do indivíduo. Subemprego ou desemprego em país como o Brasil é marginalização no duro, sem alternativa senão a da miséria e da frustração crescente".

Eis também uma síntese do artigo "DUAS IMAGENS" DE GERSON TOLLER GOMES PARA O JORNAL "OPINIÃO" de 06 a 13 de novembro de 1972.

O artigo do jornal "Opinião" sintetiza duas matérias sobre o "Milagre Brasileiro" publicadas em dois jornais de grande penetração no mundo dos negócios tanto dos Estados Unidos quanto ao da Grã Bretanha. The Economist e The Financial Times, ambos ingleses, dedicaram suplementos especiais sobre a política econômica brasileira atual sendo que The Economist apresentou uma imagem bastante otimista sobre o "Milagre Brasileiro". Por seu turno o The Financial Times foi mais crítico sendo bem mais pessimista sobre o assunto.

Para o The Economist "seria melhor que o governo fosse democrático e civil, que não tivesse gente passando fome, que os índios não fossem mortos pelos donos de terras, que não existissem favelas, maus tratos a presos políticos e empresas familiares. Mas essas lamentáveis ocorrências são herança do passado, que só um sistema administrativo moderno e tecnocrático como o nosso, aliado à livre empresa operando em bases racionais - e com o auxílio indispensável do capital e tecnologia importados - pode vir a solucionar". Por seu turno o The Financial Times procura analisar alguns pontos fundamentais da política econômica do governo, para chegar a conclusões bem mais amargas: "A saída para o Brasil é diferente (da pretendida pela política atual): existe alguma razão para acreditar que o tipo atual de crescimento levara, futuro previsível, a um conjunto de mudanças econômicas e sociais que possa realmente ser chamado de desenvolvimento? Essas mudanças tão anunciadas irão acontecer, mesmo "eventualmente"? Em seu artigo The Financial Times mostra sua preocupação com a viabilidade do modelo brasileiro, concentrando também suas análises na dependência do capital estrangeiro. Para ele "a grande quantidade de "hot money" (dinheiro especulativo) emprestado a curto prazo pelos grupos internacionais pode criar problemas de pagamento e a única maneira de obter empréstimos mais longos será conceder vantagens suplementares aos investidores estrangeiros".

Quanto ao problema da renda os dois jornais utilizam-se de dados do recenseamento de 1970 e embora abordem o problema de modo diferente concordam que houve redução real na renda dos menos

favorecidos. Para o Financial Times: "do mesmo modo que o Sr. McNamara sentiu-se obrigado a dizer na III UNCTAD, os dados sobre distribuição de renda no Brasil mostram uma deteriorização comparativa da situação dos grupos mais pobres. O fato é que a renda real "per capita" da metade mais baixa dos recebedores não aumentou mais de 0,75% ao ano entre 1960 e 1970, passando de 253 para 272 dólares anuais. Em contraste o 1% de renda mais alta teve um aumento de 11,2% ao ano passando de 8.350 para 17.700 dólares anuais - entre 1960 e 1970. Ao mesmo tempo a classe média também foi razoavelmente favorecida". "O que é pior acrescenta ainda o jornal britânico é que dentro dos 50% mais pobres da população a renda de muitos milhões de pessoas diminuiu enquanto os salários dos trabalhadores especializados aumentavam".

As diferenças maiores segundo o articulista aparecem quando é abordado o problema da inflação "o Financial Times conclui simplesmente que na luta contra a inflação os pobres tiveram que pagar o pato, enquanto aqueles com renda relativamente mais alta tornaram-se muito mais ricos". O Economist, por sua vez, procura justificar o resultado afirmando que "as estatísticas não são satisfatórias"; que dez anos é um período muito longo, que parte do declínio da renda deve ser atribuído ao "caos econômico" do governo Goulart e ao "vigoroso programa de estabilização" do Ministro Roberto Campos e que, enfim, "se as estatísticas não revelam o melhor, elas também não revelam o pior" pois desde 1968 os salários reais começaram a subir, aumentando 3,4% ao ano".

Ao focar o problema "Capital x Trabalho" o Economist defende o Ministro Delfim Neto, da Fazenda, que foi alvo de críticas nesse sentido sob o argumento de que a baixa renda dos menos favorecidos e o alto nível de desemprego resultam da ênfase dada à indústria em relação à agricultura assim como da incapacidade do governo em estabelecer a criação de empregos como uma das prioridades de aprovação de novos investimentos. Diz o Economist: "Em primeiro lugar embora seja verdade que se tenha colocado muito empenho na indústria em detrimento da produtividade agrícola, seria um erro atribuir a culpa a Delfim Neto. Algumas pessoas que o estiveram atacando com mais violência, especialmente o Dr. Celso Furtado, já foram os mais vigorosos proponentes da ideia de que por causa da deteriorização dos termos de troca as nações em desenvolvimento deveriam todas investir seu dinheiro em Usinas Siderúrgicas (...). Em segundo lugar o Sr. Delfim Neto recusa abertamente a ideia que o Brasil deveria abandonar a corrida tecnológica para promover/trabalho intensivas mais apropriadas a seus problemas sociais. Isso porque o problema é persuadir as companhias estrangeiras a investir, sem forçá-las a percorrer um labirinto de exigências burocráticas. Mas talvez tenha chegado a hora em que o governo possa pensar sobre incentivos para a criação de empregos". Mostra ainda o articulista que o Economist destaca um aspecto que nenhum partidário da política econômica do governo fazia questão de ressaltar: "a essencialidade do capital estrangeiro nessa política".

A esse respeito, o Financial Times é bem mais severo: "Todo o impulso do governo é para desenvolver setores do país e da economia, que já são mais avançados e para encorajar a integração do setor urbano-industrial do Brasil no sistema econômico internacional, cujos padrões de tecnologia e produtividade são estabelecidos nos países industrializados do Hemisfério Norte. Pouca atenção é dada aos problemas do desemprego e do subemprego, sobre os quais o governo brasileiro significativamente não publica dados relevantes. A vasta força de trabalho rural e aqui estamos falando de 13 milhões de camponeses mais seus dependentes, é esquecida na elaboração dessa política. Se alguém argumenta que a migração para as

idades será capaz de resolver tudo isso, é preciso lembrar que o "setor de serviços" urbano já está lotado, contendo literalmente, segundo as estatísticas de emprego, milhões de pessoas no limite de inanição.(;;;) Nem o tipo de crescimento industrial planejado dá muita esperança a essas pessoas. Aparentemente não está sendo feito nenhum esforço para estimular as indústrias que usam métodos de produção trabalho-intensivas".

Ao abordar o problema da "explosão urbana" o Financial Times mostra-se descrente: "Cerca de um milhão de pessoas deixam anualmente as zonas rurais assoladas pela miséria e emigram para a área urbana à procura de trabalho, cuidados médicos, educação e este imã ilusório, progresso (...). O programa do Banco Nacional de Habitação é impressionante em números, mas mesmo as 300 mil unidades construídas entre 1965 e 1970 absorveram apenas um décimo do crescimento da população urbana no período (;;;). A política do BNH é financiar para aquisição de casas e não construir para alugar. Estipulando para seus mutuários uma renda mínima igual ao salário mínimo vigente excluindo dessa maneira um terço da população de seus benefícios". Já para o Economist "a selva de concreto e arranha-céus de S. Paulo e seus viadutos sinuosos, visto de cima, é algo totalmente inesperado e certamente único na América Latina: uma visão da Revolução Industrial Brasileira".

Com respeito à mineração diz o articulista que a "diferença entre as duas publicações é de grau e não de conteúdo e há em ambas revelações de fatos poucos conhecidos no Brasil. Para o Financial Times o Brasil perdeu o controle da situação enquanto o Economist, mais moderado, afirma que seria aconselhável o Brasil "aumentar a participação do capital brasileiro nas empresas internacionais que operam na Amazônia. Para o Financial Times "um terço dos recursos minerais do Brasil está agora em mãos estrangeiras".

Revela ainda o jornal britânico que "a Alcan do Canadá interrompeu seu trabalho nas minas do Para. A companhia controla reservas da ordem de 130 milhões de toneladas de bauxita e as operações foram ostensivamente suspensas na espera de melhora dos preços mundiais do metal. Mas é quase certo que a razão tenha sido o pedido feito no princípio do ano pelo governo brasileiro para uma participação de 20 a 40% no negócio. A Alcan recusou. O governo deu-lhe três meses para reconsiderar, mas passado o prazo nem a companhia nem as autoridades tomaram qualquer atitude. Por seu turno considera o Economist que "embora o capital e o "know-how" estrangeiros sejam certamente indispensáveis à exploração dos enormes depósitos minerais da Amazônia, o governo poderia ter a sabedoria de pretender melhores condições quando da negociação de novos contratos".

Ao falar da Transamazônica, o Economist não dispensa comentários estatísticos: "o Projeto da Transamazônica é o exemplo mais espetacular da marcha constante para o interior;". Para o Financial Times: "Qualquer visitante à Bacia Amazônica pode ver indicações clara do futuro da região: margens em erosão depois da derrubada das matas, toras de madeira de leite transportadas sem barcos, pilhas de peles de animais nas pequenas cidades e culturas abandonadas, onde o chão agora é duro como rocha". A preocupação do Financial Times com a ecologia é mais dura quando afirma que "Os geógrafos afirmam que a devastação da floresta e sua transformação num deserto levará de 30 a 100 anos".

8 - Cfr. art. cit. nota nº 6-7.

9 - Cfr. pag. 19 ss.

10 - EIS AINDA UMA SÍNTESE DO ARTIGO "UMA SAFRA SEM FIM" do JORNAL "OPINIÃO", nº 8, pag. 7 de 1º de Janeiro de 1973:

O Ministro Antônio Dias Leite, das Minas e Energia, nos tempos do Ministro Roberto Campos foi um dos poucos críticos oficiais da política econômica do governo. Como membro do Conselho Consultivo do planejamento - CONSPLAN fez severas críticas ao Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG -, chegando a dizer palavras como: "a política econômica em curso não atende aos interesses nacionais. Não tem condições para a adesão da maioria da população. A fase histórica em que ela se desenrola poderá ser lembrada como oportunidade perdida na marcha para a emancipação econômica do país!"

Hoje o Ministro Antônio Dias Leite é responsável por uma política mineral duvidosa que parece ter dois objetivos básicos: primeiro utilizar intensa e imediatamente as reservas minerais conhecidas; segundo, ampliar rapidamente o conhecimento do subsolo para atrair novos investidores. Esquecendo-se de "minério não dá duas safras" o Ministro não procura questionar a quem o nosso minério - está servindo e se a mineração está se processando de forma predatória.

Ao Estado compete hoje criar incentivos ao aparecimento de empresas mineradoras rentáveis e para isso toma para si os encargos mais caros e demorados como pesquisa, descoberta, dimensionamento e avaliação econômica das jazidas; trabalho que é feito pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM. Outra característica a presença indispensável do capital estrangeiro por dois motivos; pela tecnologia que é capaz de incorporar e, sobretudo porque o sócio estrangeiro é visto como essencial para que o Brasil possa aumentar suas exportações para o mercado internacional.

QUEM É QUEM NOS MINÉRIOS

Todas as grandes jazidas minerais conhecidas do país entraram ou estão para entrar em fase de funcionamento. Contam com a participação expressa do capital estrangeiro e visam principalmente atender o mercado externo.

FERRO

Companhia Vale do Rio Doce - empresa estatal responsável por 89% das exportações brasileiras de minério de ferro. Manda para o exterior 20 milhões de toneladas a.a. para a Europa, EUA e Japão, retirados do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais.

Minerações Reunidas Brasileiras (MBR). Grupo Antunes associado com a Hanna Mining (EUA) e Nippon Steel (Japão). Jazida em Águas Claras, Minas Gerais. 10 milhões de toneladas anuais de minério de ferro para a exportação.

Mineração Amazonas. Companhia do Vale do Rio Doce (51%) e U.S. Steel (41%), Jazida da Serra dos Carajás no Para. Previsão para exportação: 10 milhões de toneladas a.a.

MANCANÊS

ICOMI - Indústria e Comércio de Minérios: controla praticamente toda a exportação brasileira de manganês. Formada pela associação do Grupo Antunes com a Bethlehem Steel a ICOMI detém praticamente o controle da economia do Amapá graças ao volume de empregos que tem e ao fato de controlar outras empresas instaladas no território.

ESTANHO

Grupo CESBRA - ligado à Companhia Estanífera do Brasil tem várias empresas em Rondonia associadas ao grupo Patiño (EUA) e ao grupo Grace (EUA).

Grupo FERUSA: associado à Billington (Shell) concentra suas atividades em dois projetos: Mineração Jacunda e Mineração Rocha.

ALUMÍNIO

Mineração do Rio do Norte: projeto no valor de 225 milhões de cruzeiros para explorar o alumínio as margens do rio Trombetas, na Amazônia. Apesar da aprovação do projeto pela SUDAM, a Alcan, - achando bauxita em melhores condições na Austrália, abandonou o - projeto do Trombetas. Agora fala-se que ela está se associando à - Companhia Vale do Rio Doce para levar adiante o projeto.

SALGEMA

Salgema Indústrias Químicas: empresa surgida da associação do grupo baiano Euluz com a Dupont e Nemours (EUA) para explorar - jazidas perto de Maceió. Inauguração prevista para 1974, quando es - ra produzindo 250 mil toneladas anuais de soda caustica e 2 mil to - neladas de cloro. Investimento previsto de 400 milhões: 150 milhões de incentivos de imposto de renda, 110 dos sócios (Euluz, Dupont e BNDE) e o resto financiando pelo BNDE e SUDENE.

Uma outra síntese do Artigo "MANGANÊS" do Gen. Antonio de Brito Junior para o Boletim nº 6 da Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia.

O Manganês é indispensável à siderurgia sendo poucos os países que possuem reservas apreciáveis dessa matéria prima indispensável: Rússia, União Sul Africana, Costa de Ouro e Índia. Os pequenos depósitos de manganês no território norte americano estão reservados para emprego em caso de guerra.

Durante muito tempo a Rússia forneceu cerca de 30% das necessidades norte americanas e ainda hoje possuem as maiores reservas do mundo. Como as empresas americanas já não podem importar manganês da Rússia e são cada vez mais limitadas as reservas mundiais dificultando a alimentação de sua indústria siderúrgica, voltam-se agora para empreendimentos como os do Amapá.

As reservas brasileiras ocorrem principalmente em Minas, - Bahia, Mato Grosso e Amapá. Os depósitos em Minas Gerais não são de vulto e já não é evidente o esgotamento das minas. O mesmo acontece com os depósitos na Bahia. Os depósitos mais volumosos encontram-se no Mato Grosso, próximo à fronteira com a Bolívia.

Finalmente as reservas do Amapá, descoberta recentemente - (1945), estão situadas às Margens do Rio Amapari, na Serra do Navio. Vem sendo explorada pela Bethlehem Steel Co, por intermédio da firma Indústria e comércio de Minerios - ICOMI. É o minério do Hemisfério Sul mais próximo do mercado consumidor norte americano do qual dista 3.200 milhas, enquanto dista quase 5.000 milhas do porto do Rio de Janeiro.

A opinião generalizada é a de que devemos restringir a exportação do manganês sob pena de ser comprometido o futuro de nossa indústria siderúrgica. As citações abaixo transcritas, de autoridades no assunto confirmam o que se acaba de asseverar.

-- Roberto Pinto de Souza: "A indústria extrativa não cria só riqueza na região onde se encontra".

-- Eng. José Erminio de Moraes: "Até agora temos exportado minério com resultado pouco remunerador. Ao terminar a exploração restam apenas cidades ou aldeias mortas, sem o menor valor econômico".

-- Gen. Raimundo Sampaio: "Urge seja submetida a exportação do manganês a rigoroso controle do Estado a fim de impedir que em futuro mais ou menos próximo a indústria siderúrgica venha a sofrer tremenda crise, com prejuízos incalculáveis para a economia nacional!"

-- Economista Pimentel Gomes: "O futuro siderúrgico está ameaçado pelas exportações maciças e a preços baixos de manganês elemento semi raro e absolutamente indispensável".

Opiniões tão abalizadas conferem-nos o direito de asseverar a inconveniência da exportação de manganês. Exportação esse - que deveria ser feita a preços compensadores por se tratar de minério cujas reservas mundiais são limitadas em quantidade e em fornecedores.

11 - Cfr. nota 10.

12 - Op. cit.

13 - Op. cit.

14 - Op. cit.

15 - Eis uma síntese do artigo do "O ESTADO DE SÃO PAULO" de 01/11/1972.

"PAÍS CONSTROI RODOVIA PARA NÃO PERDER AMAZÔNIA"

"Num mundo em explosão demográfica a existência de espaços vazios ou economicamente inproveitados se tornara cada vez mais - difícil. O país que deles dispõe ou os utiliza ou corre o risco de perdê-los". Este conceito exposto pela SUDAM - em recente seminário sobre desenvolvimento regional realizado em Brasília, é um dos motivos básicos que levam o governo a iniciar em janeiro do próximo ano a construção da Perimetral Norte.

Segundo a SUDAM a integração física da Amazônia começou com a abertura de dois grandes eixos rodoviários: a Belém-Brasília e a Brasília-Acre. A terceira Rodovia de direção Sul-Norte é a Cuiabá-Santarem, em fase de construção que penetra a região pela parte central.

O estudo da SUDAM afirma que o capital a ser empregado na construção da Perimetral Norte - um bilhão e cem milhões de cruzeiros - não se destina diretamente ao desenvolvimento da área. Será um investimento estimulante, não fruto, mas fator de desenvolvimento. Essa rodovia segundo os técnicos da SUDAM - "não tem o objetivo de atender necessidades econômicas das áreas já valorizadas mas criar condições propícias para a migração de mão de obra e consequentemente para a ocupação demográfica da região".

ESTADO DE SÃO PAULO de 5 de novembro de 1972 - EDITORIAL

O Editorial do Estado de São Paulo tece considerações sobre o discurso presidencial

na comemoração do terceiro aniversário do governo quando foi anunciada a construção da Rodovia Perimetral Norte a qual com a extensão de 3.300 km, circundará a fronteira da Amazonia brasileira. Segundo o jornal esta rodovia, com um custo de 100 milhões de dolares, como a Transamazônica "relega as indispensáveis análises de viabilidade econômica e despreza todos os esquemas de prioridade dentro da região. Esta mais do que nenhuma outra é uma rodovia essencialmente política, jogando com discutíveis criterios de segurança e de integridade do território nacional". Indaga o jornal porque a construção desta rodovia se ninguem está interessado em invadir o território de ninguem? Porque a construção se ainda não conseguimos colher os frutos da colonização ao longo da Transamazônica?

"Ao anunciar a construção da nova rodovia o Presidente da República dá a impressão ao povo brasileiro de que este governo está mais do que qualquer outro, interessado no desenvolvimento da Amazonia."

Mais adiante afirma o editorial "Ousamos porém afirmar justamente o contrario. Ao decidir sem qualquer estado de viabilidade economica e desrespeitando todos os criterios de prioridade indispensaveis ao reerguimento economico da Amazonia, o governo está precisamente agindo contra a Amazonia, como agiu contra o Nordeste...."

Procura o jornal traçar um paralelo entre a tentativa de se integrar a Amazonia no contexto nacional como a construção e esmo de estradas que dificilmente trarão algum beneficio para a região e a SUDENE que o governo deixou que se perdesse no liame de trilhas que levaram ao malogro que somente hoje se reconhece.

Diz ainda o jornal que outras obras mais urgentes estão paradas como a Rodovia Manaus Porto Velho ainda não concluida e sem a qual permanece isolado, no meio da selva, um dos principais centros populacionais da Amazonia.

Ao final lembra o jornal o drama das fronteiras vazias do ACRE sem estradas, em area povoada pelo estrangeiro: "...poderiamos recordar as incriveis condições sanitarias em que sobrevivem aquelas populações; ou este crime contra a humanidade que são os siringais nativos. Mas os nossos administradores conhecem bem, bastante bem todos esses problemas e sabem quais são as prioridades a observar para que o homem amazonense não continue sendo este paria enfermo doente, pobre, abandonado que é a Amazonia, este deserto verde".

16 - O ESTADO DE SÃO PAULO - 01 de novembro de 1972.
(VANTAGENS)

A oferta do INCRA é de cem hectares por família, e cada chefe de família tem direito a um salário mínimo por mês, durante os seis primeiros meses. O INCRA adianta o primeiro salario, para que possa ser aplicado na compra de mantimentos no armazem da COBAL, junto as frentes de trabalho - por preços bem razoaveis, por sinal. Oferece uma casinha de madeira com dois quartos e duas salas numa agrovila ou no próprio lote. No momento, ainda há poucas casas e muitos colonos têm que se abrigar em tapiris improvisados. O instituto garante ainda o desmate de quatro hectares de gleba.

Tudo isso, desde o alimento à casinha, passando mesmo pelo desmate com a moto-serra, tudo é pago pelo colono, mas pago num prazo dilatado, 20 anos, com dois de carência e a um preço tal que quase se corresponde a uma doação. O INCRA só cobra por ter comprovado que é negativo dar, o colono menospreza, aquilo que nada lhe custa. Além disso, há a promessa de garantia de preço mínimo para os produtos produzidos, os orgaos governamentais se comprometem a comprar toda a produção pelo preço mínimo fixado pelo governo. Há no entanto informações de que, em alguns casos, a promessa não foi cumprida e mesmo em Itaituba os colonos mais antigos tem arroz estocado que não conseguem vender.

O ESTADO DE SÃO PAULO - 16/11/72
(POUCOS VOLTAM DA TRANS-AM)

Apenas um por cento dos colonos que foram levados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria para a Transamazônica regressou a seus Estados de origem, disse em Belem o presidente do INCRA, Jose de Moura Cavalcanti, desmentindo as noticias de que esse indice era muito significativo - estimava-se em torno de 30%.

Segundo Cavalcanti, o INCRA esperava um retorno normal de 25 por cento, mas o indice registrado até agora "é irrisório": das três

mil famílias transferidas para a Transamazônica, apenas cinco eram de Santa Catarina". Recordar-se que algumas dessas famílias retornaram a seu Estado desencantadas com as condições da Amazônia.

"Eles esperavam encontrar casa mobiliada e televisão, mas é claro que isso não podemos dar", afirmou Cavalcanti. O INCRA fornece um salário de 274 cruzeiros durante seis meses, mais casa e terra para trabalhar, além de assistência técnica. "Ainda assim, afirma o presidente do Instituto - voltaram pouquíssimos. Em Rondonia chegaram 300 famílias por mês e 200 delas por conta própria".

O ESTADO DE SÃO PAULO - 16/11/72
(FAMÍLIAS VOLTAM DE ALTAMIRA)

Seis famílias do oeste de Santa Catarina que foram selecionadas pelo INCRA e viajaram para Altamira no dia 22 de outubro regressaram esta semana aos municípios de origem. Domingos José Bressan, Euclides Luiz Bressan, Irio Braghini, Erasmo Braghini, Arnélio Câmara, Antônia Rosa e mais duas famílias gauchas de Sobradinho - abandonaram suas casas nas agrovilas e retornaram por terra, pedindo caronas.

Segundo Domingos José Bressan, líder do grupo, não há condições de sobrevivência em Altamira por causa do alto custo de vida - (uma galinha custa 25 cruzeiros) e das poucas esperanças de resultados no plantio. Se fossem esperar pela colheita, as famílias morreriam de fome, com os 200 cruzeiros por mês que o INCRA paga a cada uma delas. Domingos informou ainda, que se as outras famílias que lá se encontram pudessem voltar, não hesitaria em fazê-lo.

17 - Ver guia de incentivos fiscais - Revista VEJA - 3/1972

18 - Cfr. Revista VEJA nº 185 - Março de 1972.

19 - Síntese do artigo "NEM A AGUA É NOSSA" - EDITORIAL DO JORNAL "POLITIKA" de 04/1972.

Uma verdadeira guerra de extermínio está sendo travada, em Belém entre as empresas que disputam o mercado de refrigerantes da Amazônia. Num economia de mercado esse tipo de guerra pode ser considerado normal: é a forma pelo qual os mais habilitados (financeira e tecnicamente) desalojam os mais fracos.

O exemplo do Guaraná é patente. Produto nativo que hoje começa a entrar no mercado internacional, sobretudo Estados Unidos e Japão, que sempre foi na Amazônia, domínio dos grupos locais. A distância e a rarefação populacional nunca interessou os investidores estrangeiros. Porém as cidades foram crescendo e Belém hoje tem cerca de 800 mil habitantes, o que é um mercado considerável para refrigerantes.

Para lá se dirigiram então os grupos estrangeiros: A Pepsi-Cola, a Coca-Cola e um grupo alemão que começou produzindo cerveja e logo se expandiu para outros tipos de refrigerantes, inclusive - Guaraná. Com equipamentos modernos e capital de giro abundante mataram diversas marcas tradicionais, sendo que todos os sobreviventes estão com seus dias contados.

Dirão: isto é natural pois uma cidade como Belém não pode ter muitas marcas de refrigerantes. Acontece que não é normal, mas criminoso o tipo de concorrência que está havendo. Com o pretexto de promoção de vendas estão dando de graça seus produtos para apressar a liquidação dos nacionais. O que está em jogo não é a sorte de meia dúzia de empresas de refrigerantes, mas de definição de uma política nacional para capital estrangeiro: a delimitação das taxas de produção em que ele não é apenas desejado mas necessário, e das faixas em que ele, sem acrescentar nada, retira tudo.

O Guarasuco (filiado da Pepsi) iniciou a guerra com uma promoção fantástica. Praticamente marcou todas as chapinhas que dão direito a bicicletas, bolas, etc... Quando o sujeito é muito azarado encontra uma chapinha com estes dizeres: "Este não paga". A Coca Cola a última a chegar já anuncia que dará aparelhos de televisão, rádios, bicicletas e também grandes vantagens aos revendedores.

O que se pergunta é simples: como esses grupos tiveram permissão para instalar suas fábricas numa área que vinha sendo bem atendida por empreendimentos locais e capital local? Alguns desses empreendimentos gozam inclusive de recursos governamentais da SUDAM e do BASA e deveriam por isso mesmo ser preservados contra a concorrência desleal.

O problema repetimos é de governo e de política. Os grupos estrangeiros nada acrescentam do ponto de vista técnico, do ponto de vista de formação do pessoal e mesmo de capital. Sua presença entre nós e presença cada vez mais agressiva é um absurdo e um deboche.

20 - 21 - O ESTADO DE SÃO PAULO - "O PASSO DE AVANÇO"

O Nordeste tem participado da prosperidade crescente do país, integrando-se cada vez mais na tessitura da economia nacional. Mas, quando o país cresce a 10% ao ano, é exatamente difícil conseguir que uma região como o Nordeste avance a passo igual ou mais rápido. O Nordeste está crescendo a taxas altas, porém menores do que as logradas pelo restante do País. E sua posição relativa em decorrência volta a se deteriorar.

Os incentivos fiscais do imposto de renda somavam, antes da criação do PIN e do PROTERRA cerca de 200 milhões de dólares por ano. No ano passado se elevaram a 778 milhões de cruzeiros. Tais recursos são aplicados pelo BNB na dinamização da economia regional. No ano de 1971 o Banco do Brasil deu uma injeção líquida de recursos financeiros da ordem de 600 milhões de cruzeiros do Nordeste.

A arrecadação federal no Nordeste corresponde a cerca de 7% das receitas da União. Embora não seja possível quantificar os investimentos diretos do governo federal e os seus gastos de custeio naquela região, pode-se afirmar que representam porcentagem bem maior que a da arrecadação, pois a região tem 30% da população e 20% da área do país.

22 - FONTE: dados brutos - Fundação Getúlio Vargas - inclui Amazonas, Rondonia, Acre, Para, Amapá e Maranhão.

23 - Síntese do artigo "ACUADOS PELA BESTA-FERA" de JOÃO LIZARDO para o Jornal "OPINIÃO" nº 13.

Comentário sobre o livro "FRENTES DE EXPANSÃO E ESTRUTURA AGRÁRIA" de Otavio Guilherme Velho, editado pela Zahar.

"O pessoal do sul quando chega aqui, se espanta, porque pensava encontrar a mata virgem. Construíram a Transamazônica por dentro das fazendas na facilidade, recebendo dinheiro por desmatamento e destocamento que não fizeram" (um rico de Marabá).

Até hoje a Amazônia é os povoados de ribeirinhos, isolados, estagnados, após o colapso da borracha, é a involução de uma região interrompida apenas pelos modernos bandeirantes de Belém-Brasília e da Transamazônica. Até que ponto isso é verdade? E quais as consequências da Transamazônica, não só para os índios como também para os povoadores (novos e antigos).

Este livro reflete o trabalho de sete anos de pesquisas na

região (quatro dos quais antes do projeto da Transamazônica). E o que emergemos o velho problema de faltas de terras e grilagem, - agravado pela mitologia do desbravamento.

Na indústria extrativa o mesmo problema de anos atrás, apenas hoje os fazendeiros ao invés de ganharem seis vezes mais do que pagavam ao apanhador, hoje ganham muito mais. Além de que um "um boi patrão" lucra de 50 a 500% nas vendas no barracão.

O tipo de colonização escolhido, de elevado custo, só pode rá levar a dois resultados: fracasso pelo receio de cativoeiro, ou a criação de uma pequena camada privilegiada de colonos no meio de um mar de povoamento espontâneo que se daria a sua revelia.

24 - SÍNTESE DO EDITORIAL DO " JORNAL DA TARDE " DE "(29/01/1973)"

Com a fúria natural de todos os anos as chuvas chegaram ao Amazonas. Inundando e devastando puseram à mostra problemas cuja - gravidade já foram objeto de reportagens deste jornal.

O Bispo de Marabá, Dom Estevão Avelar Cardoso e, agora, o do Xingu, Dom Eurico Krautler acabam de denunciar os difíceis problemas que atravessam os colonos que foram transportados para a Amazônia. Sem a menor assistência enfrentam eles agora a chuva, a malária, os mosquitos e a hepatite infecciosa. A par disso a propaganda feita em todo o Brasil sobre as maravilhas edênicas da Amazônia vem provocando uma verdadeira invasão de gente simples, gente humil de e pobre, que, sem ter na vida nada mais que a esperança, caminha estrada adentro, procurando naquelas regiões inospitas o paraíso que não existe.

Como é possível fixar uma taxa de inflação de 12% e concomitantemente lançar um plano habitacional popular avaliado em 30 bilhões de cruzeiros onde o governo terá que subvencionar os futuros proprietários? Como é possível investir maciçamente na Amazônia, - gastando 5 mil cruzeiros por quilômetro na conservação de estrada - (5.500 Km), nos núcleos de colonização do INCRA, onde as sofisticadas acrópoles formam um estrengo contraste na paisagem verde úmida da Amazônia.?

O que sentimos é uma estranha ânsia de popularização que de forma alguma inspirou o movimento de março de 1964 (...). Não há por que esconder os resultados de estudos sigilosos que revelam um tris tíssimo quadro do solo amazônico, onde as terras paupérrimas dominam, e as varzeas mais férteis sofrem o assédio de enchentes de amplitude impressionante. Tudo isso precisa ser dito, divulgado e discutido amplamente, pois rever planos, reiniciar projetos, reavaliar situações em nada prejudicará a imagem do governo, que parece ansioso por acertar.(sic!)